

**ATA DA DÉCIMA SESSÃO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENAFIEL**

-----Aos vinte e dois dias do mês de setembro de dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Penafiel. -----

-----Verificado o quórum, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. --

-----Encontravam-se presentes, todos os membros da Assembleia com exceção da senhora deputada Elisa Antónia Monteiro Alves e a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Luzim e Vila Cova. -----

-----A senhora deputada Elisa Antónia Monteiro da Cruz Alves, do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o pedido de justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pela senhora Maria Margarida Pacheco de Medeiros. -----

-----A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Luzim e Vila Cova, Margarida Augusta Meireles Pereira Nunes, apresentou a justificação de falta, por motivos profissionais, solicitando a sua substituição pelo secretário da Junta de Freguesia, senhor Francisco da Rocha Aguiar. -----

-----Os senhores deputados substitutos prestaram o compromisso de honra perante a Assembleia. -

-----O senhor 2.º Secretário da Assembleia Municipal, procedeu à leitura do expediente, votos de louvor e votos de pesar entrados na mesa: -----

-----1 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O grupo municipal do Partido Socialista propõe à digníssima assembleia, um voto de louvor ao atleta da Associação Recreativa Novelense Paulo Silva, pela vitória no top 12 (ténis de mesa), que se realizou no passado dia 19 em Vila Nova de Gaia. -----

O top 12 reúne os melhores doze atletas Portugueses da época 2014/2015 e é a primeira prova da época 2015/2016 o que coloca, desde já, no primeiro lugar do Ranking nacional de atletas da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça à Associação Recreativa Novelense e ao seu atleta Paulo Silva, extensivo aos seus treinadores e aos dirigentes que com esforço contribuem, dia a dia, para a valorização do desporto concelhio em geral e do ténis de mesa em particular.”-----

-----2 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

----- VOTO DE LOUVOR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à organização do evento "9.ª edição da Festa do Caldo", que decorreu entre os dias 18 a 20 de setembro, na Aldeia Preservada de Quintandona, freguesia de em Lagares.-----

-----É de enaltecer e louvar o papel inextinguível e impagável que tiveram a Associação ComoDEantes, a Associação para o Desenvolvimento de Lagares, a CasaXiné, e os muitos voluntários e demais organizadores, que fazem desta festa uma boa referência.-----

-----Esta edição contou, possivelmente, com um número record de visitantes e já extravasou o seu âmbito regional, alargando bastante a sua área de influência, devido à qualidade das várias valências que comporta: a gastronomia a cultura e a animação de rua.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça aos organizadores do evento a Festa do Caldo" o nosso agradecimento e reconhecimento por esta contribuição dada ao engrandecimento do nosso concelho e região, endereçando votos para que 2016 suplante todas as expectativas criadas este ano.”-----

-----3 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR"-----

-----O grupo municipal do Partido Socialista propõe à digníssima assembleia, um voto de louvor ao clube penafidense HPA Gym e aos seus três atletas Ana Rafael, Hélder Moreira e Artur Silva, que conquistaram 15 medalhas no Special Olympics World Games realizado em Los Angeles - USA, entre os dias 24 de julho a 2 de agosto do corrente ano.-----

-----A competição contou com a participação de 7000 atletas, em representação de 165 países, sendo considerado um dos maiores eventos mundiais para atletas paralímpicos.-----

Incluídos na delegação portuguesa, Ana Rafael arrecadou 5 medalhas (3 de ouro, 1 de prata e 1 de bronze), Hélder Moreira 5 medalhas (3 de ouro e 2 de bronze) e Artur Silva 5 medalhas (4 de prata e 1 de bronze), na modalidade de ginástica artística.-----

-----A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça um voto de louvor, acrescido de um sentimento de gratidão, ao clube HPA Gym e aos seus três atletas Ana

Rafael, Hélder Moreira e Artur Silva, extensivo à sua treinadora, a professora Paula Oliveira, e aos dirigentes que com o seu esforço e abnegação, contribuem para a valorização do desporto concelhio em geral e do movimento paralímpico em particular."-----

-----4 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----*O grupo municipal do Partido Socialista propõe à digníssima assembleia, um voto de louvor ao atleta penafidense Rui Carvalho da equipa "Anicolor", por estar entre os eleitos do selecionador nacional de ciclismo, José Poeira, para representar Portugal no Campeonato do Mundo da modalidade, categoria de sub-23, que se vai disputarem Richmond, nos Estados Unidos da América, entre 19 e 27 de Setembro de 2015.*-----

-----*O corredor de 20 anos é natural de Casais Novos; S. Martinho de Recesinhos e já tinha tido uma excelente prestação na Volta a França do Futuro". Foi, também, uma das revelações da temporada, tendo vencido a etapa rainha da Volta a Portugal do Futuro.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça ao atleta Rui Carvalho um voto de louvor pelo contributo que dá ao engrandecimento da nossa terra, ao desporto concelhio e ao ciclismo nacional.*"-----

----- 5 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----*O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex.cia a aprovação de um VOTO de LOUVOR à organização do evento "Porto, Extreme XL Lagares 2015 – 11.ª edição", que se realizou nos dias 19 e 20 de setembro de 2015 sob a égide da Federação Motociclismo Portugal.*-----

-----*Esta prova é uma das "7 corridas mágicas" de Extreme Enduro e é a 5ª do Campeonato do Mundo, sendo a etapa Portuguesa do Campeonato do Mundo Kings of Extreme Enduro, considerada a prova da modalidade mais dura do planeta.*-----

-----*Realça-se que o evento vem melhorando de qualidade todos os anos, granjeando um sucesso extraordinário a nível mundial.*-----

-----*A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça à organização do evento "Porto, Extreme XL Lagares 2015" o nosso agradecimento por este tributo dado ao desporto e ao enriquecimento do nosso concelho e região, endereçando votos para que a prova de 2016 seja ainda melhor que a do corrente ano.*"-----

-----6 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----O grupo municipal do Partido Socialista propõe à digníssima assembleia, um voto de louvor ao jovem abragonense e físico português Daniel José da Silva que ganhou, no passado mês de Junho, o prémio de "Melhor artigo escrito por um jovem cientista" atribuído pela conceituada editora científica Elsevier BV, na 22a conferência internacional de Análise de Feixes Iónicos - IBA 2015, que decorreu na cidade de Opatija na Croácia e que contou com a participação ativa de mais de 60 palestrantes.-----

-----O trabalho do nosso conterrâneo e emergente Físico intitulava-se *Drawing the geometry of 3d transition metal-boron pairs in silicon from electron emission channeling experimente* e derivou de uma cooperação entre o seu instituto atual - o grupo de Física Nuclear do Estado Sólido da Universidade Católica de Leuven, o IFIMUP-IN da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e ainda o Centro de Ciências e Tecnologias Nucleares do Instituto Superior Técnico e o Centro de Física Nuclear da Universidade de Lisboa.-----

-----Daniel José Silva já tinha sido distinguido em 2013 com o Prémio Corbett pelo trabalho "*Influence of the doping on the lattice sites of Fe in Si*", apresentado durante a *International Conference on Defects in Semiconductors*, em Bolonha, destinado a investigadores de excelência (com menos de 35 anos) que apresentem trabalhos nesta conferência internacional.-----

A Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça ao Físico Daniel José Silva um voto de louvor pelo contributo que dá ao engrandecimento da nossa terra, de Portugal e da Ciência em particular."-----

-----7 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"Voto de Louvor-----

-----A Associação Desportiva Revela Desafios de Rio de Moinhos, fundada em 2012, dedica-se à prática de futsal masculino sénior e danças modernas e de competição.-----

Na época desportiva 2012/2013 participou no campeonato de 23 divisão Distrital de Futsal da A.F. Porto, tendo na época seguinte subido à 1.ª divisão Distrital. Na época 2014/2015 sagrou-se campeã da série 2 da 1- divisão da A.F. Porto e por conseguinte subiu a divisão de honra, segunda subida de divisão em épocas consecutivas.-----

-----O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer propõe à Assembleia Municipal de Penafiel reunida em 22 de Setembro de 2015 que felicite a Associação Desportiva Revela Desafios pelos êxitos alcançados, na sua ainda curta existência e que seja aprovado um voto de louvor e do mesmo seja dado conhecimento à Instituição."-----

-----8 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----Propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor ao atleta penafidelense Diogo André da Costa Rodrigues, que se sagrou campeão na categoria light-kick, 40 kg, no I Trofeu de Kickboxing da Vila de Pondal, Espanha, que decorreu naquela localidade espanhola."-----

-----9 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----Propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor à atleta penafidelense Joalina Ferreira pela conquista da medalha de bronze no Campeonato Europeu de Wako, na categoria light-kick, 46 kg, que decorreu no passado mês de agosto em S. Sebastian, Espanha."-----

10 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----Atenta a relevante prestação dos atletas Diogo Silva e Madalena Serrão, da Associação Desportiva de Penafiel (ADP), no Campeonato Nacional de Patinagem Livre, prova em que se sagraram, respetivamente, campeão nacional e vice-campeã nacional, na categoria de juniores, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àqueles atletas pelo excelente resultado obtido."-----

----- 11 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----Atenta mais uma brilhante prestação da Secção de Atletismo do Futebol Clube de Penafiel, na conquista do Título de Campeões Nacionais da Taça de Portugal do Circuito de Montanha 2014/2015, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àquela secção desportiva e aos seus atletas, pela excelente prestação conseguida naquela prova nacional."-----

-----12 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----Atenta a brilhante prestação desportiva da equipa do SSTCMP - Seniores Mais Ativos, composta pelos atletas Agostinho Silva, Manuel Lopes, Júlio Rocha e João Pinto, na Taça de Portugal de Boccia Sénior, prova em que se sagraram vencedores por equipas, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de um voto de louvor àquela equipa e respetivos atletas pelo excelente resultado obtido."-----

-----13 — Voto de louvor, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE LOUVOR -----

-----No "Special Olympics World Games-Los Angeles 2015", realizado entre os dias 24 de Julho e 02 de Agosto, na cidade norte americana de Los Angeles, um dos maiores eventos mundiais para atletas

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

paraolímpicos, os atletas de Penafiel do Clube HPA-Gym, Ana Rafael, de 15 anos de idade, das Termas de S. Vicente, Hélder Moreira de 22 anos e Artur Silva de 25 anos, ambos de Rio de Moinhos, estiveram em grande destaque nesses jogos, onde participaram mais de 7000 atletas, em representação de 165 países. -----

-----Integrados na delegação portuguesa, que teve um total de 53 atletas, nas diversas modalidades, Ana Rafael com cinco medalhas (três de ouro, uma de prata e uma de bronze), Hélder Moreira com cinco medalhas (três de ouro e duas de bronze) e Artur Silva com cinco medalhas (quatro de prata e uma de bronze), na modalidade de ginástica artística, contribuíram com mais de um terço das medalhas conquistadas pela delegação portuguesa {44 medalhas}. -----

-----A preparação e acompanhamento técnico destes atletas esteve a cargo da professora Paula Oliveira, tendo sido no pavilhão municipal Fernanda Ribeiro que foram realizadas as várias sessões de treinos que antecederam a competição. -----

-----Assim, atenta a brilhante prestação, propõe-se à Assembleia Municipal a aprovação de voto de louvor para os atletas Ana Rafael, Hélder Moreira e Artur Silva, para a professora Paula Oliveira, que os acompanhou e orientou e para o Clube HPA- Gym." -----

-----14 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor: -----

-----"VOTO DE PESAR -----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. Cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 6 de setembro, do distinto Penafidense, Amadeu França Teixeira. -----

Amadeu França Teixeira era chefe do Agrupamento 557 de Penafiel do Corpo Nacional de Escutas e desenvolveu pela comunidade, pela Igreja e pelo escutismo um trabalho meritório e altruísta. -----

-----Portador de um perfil muito sereno e tranquilo e de uma educação exemplar, era reconhecidamente um cidadão detentor de qualidades humanas e cívicas, solidário e sempre empenhado em servir os outros e a comunidade. -----

-----Com uma ligação de anos ao CNE e ao Agrupamento de Penafiel, Amadeu França morreu ao serviço da comunidade quando auxiliava a organização da procissão em honra de Nossa Senhora dos Remédios na freguesia de Penafiel (Milhundos). -----

-----A morte deste ilustre penafidense deixa o Corpo Nacional de Escutas e a Comunidade penafidense mais pobre. -----

-----Morreu um homem bom e de bem e uma referência dos valores da solidariedade e do bem comum, que fez da sua vida a entrega aos outros e às causas sociais e humanas. -----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia 22 de setembro de 2015, endereça à família enlutada e ao Agrupamento 557 de Penafiel, do Corpo Nacional de Escutas as mais sentidas condolências.-----

-----15 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----O Grupo parlamentar do Partido Socialista da Assembleia Municipal vem, por este meio, propor a V. Ex. Cia a aprovação de um VOTO de PESAR pelo falecimento, no passado dia 14 de setembro, do distinto Penafidelense, Afonso de Barros Videira da Cunha Leal.-----

-----Afonso Leal, declaradamente conhecido pelo "Poeta do Povo", redigia, gratuitamente, desde há muitos anos, poemas e quadras a quem o solicitava. Era um poeta. Escrever era a atividade que o preenchia e que mais gostava de fazer. O seu espólio comporta mais de mil quadras que enaltecem, na maioria dos casos, a sua cidade e as suas gentes que tanto e bem cantou e amou.-----

-----Publicou o seu livro de poemas "Pensamentos, Palavras e Poemas" em 2010 e foi agraciado em 2003 com a Medalha de Mérito Municipal. Em março de 2010, Afonso Leal foi homenageado pela Biblioteca Municipal de Penafiel.-----

-----Senhor de uma extrema educação foi cidadão de corpo inteiro, amigo e bom conversador, integrando reconhecidas qualidades humanas e cívicas, solidário e empenhado em causas sociais e humanas a quem deu voz.-----

-----A morte do distinto penafidelense Afonso de Barros Videira da Cunha Leal é uma perda para o concelho de Penafiel e para a Comunidade onde se integrou e entregou e deixou um rasto indelével da sua passagem.-----

-----Morreu um amigo e uma boa referência da freguesia e concelho de Penafiel e um homem bom e de bem, que fez da sua vida uma lição a seguir.-----

-----Neste momento de profundo pesar, a Assembleia Municipal de Penafiel, reunida no dia-22 de setembro de 2015, endereça à família enlutada as mais sentidas condolências.-----

-----16 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal da Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor:-----

-----"VOTO DE PESAR-----

-----A Coligação Penafiel Quer lamenta o falecimento de forma súbita do senhor Amadeu França Teixeira, chefe do agrupamento 557 do Corpo Nacional de Escutas.-----

-----Amadeu Teixeira dedicou parte da sua vida ao serviço à comunidade, sendo conhecido pela sua generosidade e espírito de colaboração. Reconhecido pela comunidade escutista como um homem bom, era visto como um exemplo de quem prezava a amizade e a fraternidade.-----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

O Grupo Municipal da Coligação Penafiel Quer lamenta a perda de Amadeu Teixeira, expressando à sua família as mais sentidas condolências."-----

-----17 — Voto de pesar, apresentado pelo Grupo Municipal do Coligação "Penafiel Quer" com o seguinte teor: -----

----- "VOTO DE PESAR"-----

-----Afonso de Barros Videira Cunha Leal, nasceu em Penafiel, em 16 de Maio de 1928, e faleceu em 13 de Setembro de 2015. Foi aluno da Escola Primária Conde de Ferreira. -----

Iniciou a sua vida de trabalho, com 13 anos, numa fábrica de brinquedos de madeira, até aos 19 anos. Aos 20 anos foi empregado de seu pai no Café Bar, edifício onde nasceu o Poeta Joaquim de Araújo. Aos 23 anos acompanhou o seu pai numa loja de comércio na Avenida Sacadura Cabral. E aos 50 anos estabeleceu-se por conta própria até a sua aposentação.-----

-----Desde cedo teve inclinação para a poesia, como um hobbie, e mais intensamente na reforma. --
-----A sua Poesia distingue-se na quadra, erudita, e de vertente popular, mas toda cheia de ritmo e musicalidade cativante. Está representada um pouco por toda a cidade, estabelecimentos de saúde, Cruz Vermelha, Casa Comerciais, Creches, etc. -----

-----Era solicitado para declamar os seus poemas, em momentos comemorativos, Dia dos Namorados, Dia Mundial da Criança, Natal etc. -----

-----Os seus poemas estão publicados, em jornais nacionais e locais. O Primeiro de Janeiro, O Comércio do Porto, O Penafidense, Notícias de Penafiel, O Arrifana, Jornal 3 de Março e outros. -----

-----Tem incluído no primeiro CD do Grupo de Guitarras de Penafiel, com dois originais com letra sua: "Gostava de ser pintor " e "A Mãe". -----

-----Foi entrevistado na televisão NTV Porto, na divulgação da sua obra. -----

-----Premiado com vários prémios no "Concurso Quadras de S. Martinho", promovido pelo Jornal de Notícias. - -----

-----Escreveu dezenas de poemas e mais de mil quadras, versando a fome, a droga, a amizade, o amor, a criança, etc. -----

-----Foi agraciado com a medalha de Mérito Municipal Prateada, pela Câmara Municipal, em 2003. --

-----Teve uma homenagem na Biblioteca Municipal, com uma exposição da sua vida e de Poeta, pelo 3 de Março de 2010, nas Comemorações da elevação de Penafiel a cidade. -----

-----Nesse ano de 2010, a ADISCREP - Universidade Sénior de Penafiel, editou-lhe, o seu livro "Pensamentos, Palavras e Poemas", que é um espelho da sua vida, e paixão consagrada à poesia. -----

-----Em sua memória, de seu nome, aqui fica uma sua quadra: -----

"Leal palavra pequena Tão pequenina, singela. Talvez por ser tão pequena É que eu gosto tanto dela!"---

-----A Coligação Penafiel / Quer, solicita à Assembleia Municipal, reunida em 22 de Setembro, que se recorde este Poeta Penafidense, se aprove um Voto de Pesar, como tributo e justíssima homenagem, e se guardar um minuto de silêncio em sua memória."-----

-----18 — Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU, com o seguinte teor:-----

-----"Moção Sobre a Situação dos Refugiados e Imigrantes na Europa-----

-----Face à dimensão do drama humano do movimento de refugiados e imigrantes oriundos de várias regiões do continente Africano e Médio Oriente, a CDU:-----

-----1- Realça que estes movimentos migratórios e de imigrantes são autênticas fugas à pobreza, à guerra e à morte. As centenas de milhar de seres humanos e de famílias inteiras que arriscam a vida em luta pela sua sobrevivência carregam consigo histórias dramáticas de vida. O seu inalienável direito à vida e à dignidade é um princípio basilar consagrado na Carta das Nações Unidas.-----

-----2 - Sublinha que esta dura realidade é uma dolorosa demonstração do carácter desumano, explorador e agressivo do sistema dominante - o capitalismo, e tem causas e responsáveis: os processos de desestabilização em vários pontos do globo e as guerras de agressão imperialistas, a política de domínio económico e de saque dos recursos naturais.-----

-----3 - Considera que o Estado português deve, por razões humanitárias e por obrigação constitucional, tomar as medidas para dar o devido acolhimento a refugiados e imigrantes numa expressão da solidariedade do Estado português para com os povos vítimas das agressões e políticas anteriormente referidas.-----

-----Um acolhimento que permita a integração plena, nos planos, social, económico, laboral, dos direitos à saúde e à educação.-----

-----4 - Deplora a forma como a União Europeia reage a esta realidade, identificando no direito à sobrevivência de milhões de seres humanos uma ameaça, abrindo campo ao racismo e à xenofobia e às ações criminosas de grupos fascistas. Deplora a visão de total discriminação na resposta a dar aos problemas humanitários colocados a pretexto da distinção entre refugiados e migrantes e condena frontalmente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.-----

-----5 - Considera que a resposta necessária a esta situação passa obrigatoriamente pelo respeito dos direitos humanos, incluindo sociais e laborais, e do direito dos povos ao desenvolvimento; pelo abandono da política de repressão e de militarização desta questão - que apenas aprofunda as causas e alimenta as redes de imigração ilegais; pelo desenvolvimento de uma política humanitária de apoio aos refugiados e de respeito pelos direitos dos migrantes e pelo combate às causas da imigração em massa - ou seja pelo fim das políticas de guerra e ingerência, pelo fim das políticas neocoloniais de exploração dos povos e países de África e do Médio Oriente, pelo respeito da soberania e independência dos

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

Estados, pelo decidido combate à pobreza e por políticas de real solidariedade e cooperação para o desenvolvimento dos países economicamente menos desenvolvidos.-----

-----6 - *Recomenda à Câmara Municipal que, no quadro de um plano da responsabilidade do Estado central, se integre no esforço de integração destas vítimas, honrando as tradições de solidariedade e humanismo do povo do nosso concelho.*-----

-----Posta à votação a admissibilidade, da moção, dos votos de louvor e pesar, apresentados foram os mesmos aprovados por unanimidade.-----

----- **Abertas as inscrições para uso da palavra no período antes da ordem do dia, inscreveram-se os seguintes membros da Assembleia Municipal:** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que o assunto base da sua breve intervenção, se prendia com uma matéria sensível e delicada, cuja divulgação era feita diariamente e à qual não era capaz de ficar indiferente. Indiferente e preocupada. Referiu o contexto europeu atual no respeito a uma vaga enormíssima de migrantes, diversas vezes designados por refugiados.-----

-----A nível político, na sua modesta opinião, esse tema não estava a ser devidamente considerado e cuidado. Pelo contrário, parecia haver um aproveitamento político demagógico sem assentar numa objetividade que se impunha e exigia. Na realidade, procuravam-se dividendos políticos, não existindo uma abordagem sobre a questão de forma clara, objetiva, neutra, sem tabus e verdadeira. E voltava a preocupar-se. Aliás, nos últimos tempos, tinha tentado executar um exercício mental para compreender quantos seriam os realmente refugiados à procura de asilo político.-----

-----Posto isto, dirigiu-se ao Senhor Presidente, no sentido de ser esclarecida ao que foi noticiado em vários órgãos de comunicação social, nomeadamente na tvi24 e passou a citar: "*Também manifestaram disponibilidade para acolher algumas famílias, no âmbito do processo de recolocação os municípios de Paredes e Penafiel, ambos do distrito do Porto*", fim de citação, (a 12 de setembro).-----

-----Em 1.º lugar, esperava que neste concelho não houvesse uma família com dificuldades, fosse ela qual fosse. Em 2.º lugar, neste país tão solidário, iria acreditar que, antes deste acolhimento vindo do exterior e previsto para o início de outubro, todos os desalojados, todos os sem abrigo; todos os que por cá andavam à deriva, iriam ser devidamente reintegrados como é humanamente desejável.-----

-----Perante a afirmação do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, Dr. Marques Guedes, "*Portugal quer estar na 1.ª linha*", do auxílio humanitário aos refugiados, atrevia-se a retorquir, dizendo: Portugal quer estar na 1.ª linha no auxílio humanitário às famílias, às crianças portuguesas que dele carecem.-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o tema que ia abordar tinha que ver com o aterro sanitário de Penafiel. Todos deviam estar recordados que no ano passado, na Assembleia Municipal o PS e a CDU, tinham tido a oportunidade de levantar esse tema no que dizia respeito a um

relatório da Ambisousa que anunciava que o aterro sanitário de Penafiel estaria praticamente na sua capacidade limite, que restaria um ou dois anos para que o mesmo atingisse o seu limite e conseqüentemente caberia aos municípios, que participavam nesse aterro sanitário, encontrar uma alternativa. Há data, o PS perguntou qual os passos que estavam a ser dados, quais as iniciativas já tinham sido desenvolvidas, qual era o caminho que o município de Penafiel ia seguir nessa matéria. O senhor Presidente esclareceu-os, inclusive levando-os a uma visita ao próprio aterro sanitário para que pudessem ter mais informação e ficarem melhor informados para debaterem aquele assunto. A verdade é que dessa visita, conclui-se exatamente o mesmo e ali, foi o próprio administrador que disse que o aterro estaria no seu máximo, ou sejam mais três anos de vida útil caso não fosse feito mais nada acerca dessa matéria. Na altura equacionava-se o investimento para colocarem uma central de triagem, que podia estender a durabilidade desse mesmo aterro. Disse que até ao momento o Partido Socialista, ainda não tinha nenhuma informação adicional e era estranho que passado cerca de um ano e meio, e confiando na palavra do senhor administrador da Ambisousa, que restaria cerca de um ano e meio, na melhor das hipóteses mais dois anos, para que estivessem no limiar de atingir a capacidade limite do aterro. Perguntou o que é que estava a ser feito, quais foram os passos que foram dados nesse sentido para se encontrar uma alternativa ao aterro que estava instalado no concelho de Penafiel. O município de Penafiel, naquela zona, em concreto nas freguesias de Sebolido, Rio Mau e Canelas sofreu mais de 30 anos com uma lixeira a céu aberto e a propósito dessa mesma lixeira avançou-se com um investimento e construção de um aterro sanitário, à volta dos 6 milhões de euros, à moeda atual, e agora com o propósito da extensão do aterro estava-se a equacionar esse investimento. Disse que na altura não se tinham agarrado a argumentos técnicos, nem políticos, não queriam fazer política com aquele tema porque achavam que o que era relevante era cumprir o princípio de equidade e o princípio de solidariedade entre os municípios. O que tinha ficado acordado à data, ainda que não houvesse nenhum documento escrito, era que o princípio da rotatividade tinha ficado subjacente à construção daquele empreendimento. O que significava que o aterro sanitário tinha que passar para o município de Paredes. Mencionou que já estavam habituados a não serem informados sobre os planos e assuntos da autarquia, mas ficou surpreendido quando se apercebeu pela comunicação social que a administração da Ambisousa tinha lançado um concurso público de 42 milhões de euros para fazer um investimento junto ao aterro. Todos percebiam e não valia a pena *tapar o sol com a peneira*, que a intenção era perpetuar o aterro sanitário em Penafiel.

----- Gostava que o senhor Presidente da Câmara Municipal lhes explicasse como é que se tinha demorado 16 anos a amortizar um investimento de 6 milhões de euros, e como é que o senhor Presidente pretendia amortizar um investimento 42 milhões de euros em apenas dois ou três anos.

Disse que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Paredes, a propósito desse anúncio, insurgiu-se contra o senhor administrador da Ambisousa e o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel não

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

prestou qualquer tipo de declarações a esse respeito. Aliás, o que tinha percebido é que o senhor Presidente se tinha insurgido contra o seu colega Presidente de Câmara dizendo que ele não estaria muito bem informado e que se tinha precipitado acerca desse dossier. Na notícia que tinha vindo a público o senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel tinha-se recusado a prestar declarações sobre esse assunto. Gostava de saber, exatamente o que se estava a passar naquele momento, porque já chegava de ausência de informação e esclarecimentos pois queriam informações concretas para puderem tomar ações sobre aquela matéria. -----

-----Solicitou que fosse esclarecidos de uma vez por todas se ia ou não acontecer aquele investimento, se já sabiam qual era o local para onde ia o próximo aterro sanitário no município de Paredes, se já havia data e projeto e qual a forma que se ia financiar esse mesmo aterro e que tipo repercussões teria nos munícipes. Seria bom, e a partir do momento que os autarcas mandaram cancelar o referido concurso, que o senhor Presidente do Conselho de Administração da Ambisousa tirasse as devidas elações porque ali alguma coisa estranha se passava. Alguém que lançava um concurso daquela envergadura cujo senhores Presidentes de Câmara não tinham conhecimento nem dado autorização, cujo conselho diretivo não tenha dado autorização, no mínimo dos mínimos seria a demissão do próprio Presidente do Conselho de Administração porque não fazia qualquer tipo de sentido. -----

----- O senhor deputado João Filipe Pereira: No passado dia 8, estive presente na cerimónia de assinatura do protocolo para a construção do novo Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Paço de Sousa, firmado entre o Município de Penafiel e a GNR, que contou com a presença da senhora ministra da Administração Interna, Dr^a Anabela Rodrigues. Esta novidade é motivo de grande satisfação, quer para a população da vila de Paço de Sousa, quer para toda a comunidade envolvente, quer para os próprios militares da Guarda Nacional Republicana. -----

-----O atual posto da GNR de Paço de Sousa, há muito que não oferece as condições mínimas necessárias para a execução da missão desta força de segurança: está instalado num edifício antigo, bastante degradado, com muito pouco espaço, quer para o funcionamento dos serviços, quer para estacionamento das viaturas. É uma preocupação sentida pelos autarcas, pelos militares e pela população, já há muito tempo. -----

-----E ao longo dos anos nem tudo foram rosas! Recordo que, em 2007, este posto esteve mesmo em vias de encerrar, quando à frente da tutela da Administração Interna se encontrava o atual candidato a primeiro-ministro pelo partido socialista, o Dr António Costa. Este erro só não foi concretizado, e é preciso aqui dizê-lo, graças ao esforço e ao empenho dos órgãos autárquicos da altura, Junta de Freguesia e Câmara Municipal, à mobilização de grupos de cidadãos que abraçaram a causa, fazendo correr abaixo assinados por todas as habitações e à população em geral. É muito importante recordar estes momentos, porque sem eles, provavelmente hoje já não existiria o posto da GNR, nem este protocolo teria lugar. -----



-----Agora, com esta solução de reinstalação num novo Posto, em Paço de Sousa, a GNR passará a dispor de condições funcionais e operacionais adequadas ao bom cumprimento da sua missão pública, com possibilidade de aumento do efetivo, as quais proporcionarão, sem dúvida, uma maior eficácia na sua atuação e uma melhor prestação do serviço público e, em consequência, mais e melhor segurança na Vila de Paço de Sousa e para toda a comunidade envolvente. -----

-----O novo edifício, moderno, funcional e ajustado às necessidades, a construir em Paço de Sousa, ficará concluído em meados do ano de 2017. -----

-----Quero aqui realçar e congratular-me com o bom trabalho levado a cabo pela Câmara Municipal de Penafiel e também pela Junta de freguesia de Paço de Sousa, para que esta iniciativa fosse possível, e deixar também uma palavra de felicitação ao governo de Portugal que, num tempo de tão poucos recursos, prontamente se disponibilizou para responder à solicitação. -----

----- O senhor deputado Coelho Ferreira: Depois de muitos anos, de chamar à atenção para a necessidade da construção de passeios, na então Estrada de Santa Marta, pelos acidentes de viaturas, que por lá aconteciam, tinham a satisfação, de que houve a iniciativa de cuidar desta lacuna, ao colocar-se passeios, embora, ainda não na totalidade na avenida de Santa Marta. -----

Agradeciam esse melhoramento, mas fica-lhes, a apreensão, para o que fica a restar, para que numa forma contínua, se circule a pé, nos passeios para o trabalho nesta zona de grande atividade industrial. De Santa Marta, foi veio desde início do século XX, até 1945, por minagem, a água para abastecer a cidade de Penafiel. -----

-----Senhor Presidente, é justo que se preste um tributo a esta parte, agora, também cidade, e um dia possam os cidadãos Penafidelenses passearem por esta Avenida de Santa Marta, sem o incómodo de encontrar ainda os regos, que lá restam. -----

Tenhamos esperança Senhor Presidente da Câmara, pois os regos poderão ser substituídos, no futuro por passeios, a facilitar os transeuntes, que por lá circulam a pé. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Dirigi um voto de louvor a todos os trabalhadores do concelho de Penafiel e um voto de pesar a todos os cidadãos falecidos no concelho de Penafiel. -----

-----Disse que batalhava na questão das taxas no concelho, e pretendia apenas com aquilo sensibilizar o senhor Presidente da Câmara porque as taxas no concelho de Penafiel eram elevadíssimas. Por exemplo, um munícipe que tem um lote de terreno pequeno, 300 metros, onde junto à sua moradia, fez uma construção fora do projeto aprovado, um anexo e naturalmente que agora tem que legalizar. Para retificar o lote, daquela pequena mancha do anexo, pagou de taxa de entrada na Câmara 177€, mais 20 € dos mapas, que depois irá ter que pagar a taxa do IVA, o que dava um total de 312€. Achavam aquelas taxas elevadíssimas e entendiam que o Executivo e a Assembleia Municipal deviam ter a preocupação de baixar as taxas no concelho de Penafiel. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----Quanto à reabilitação urbana, disse que havia uma preocupação de todos sobre este tema. E em Penafiel, tal como em vários concelhos no país, começava já a notar-se trabalhos de reabilitação urbana essencialmente em zonas de património. Pelas intervenções que se começavam a ver, nomeadamente dentro do centro histórico de Penafiel, era preocupante verificar-se que algumas delas estavam a destruir o que era património da cidade. Porque o património não é apenas a fachada do edifício, a fachada é apenas um elemento do edifício, o seu interior é tanto ou mais importante do edifício no centro histórico. E o que se estava a verificar era que não se estava a fazer reabilitação, mas sim, estava-se a destruir o que os antepassados deixaram ficar. Sugeriu ao senhor Presidente da Câmara Municipal que em matéria de reabilitação urbana, para que não se continuasse a cometer erros em Penafiel, procurasse reunir técnicos especialistas em reabilitação urbana, através da Câmara Municipal para que se discutisse e para que pudessem ensinar aos técnicos que estavam a laborar no concelho, o que haviam de melhor a fazer-se em matéria de reabilitação urbana. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Referiu o IC 35, que por ser uma obra estruturante tinha que ser do consenso de todos. Obra assumida como espaço canal para o desenvolvimento dos concelhos de Penafiel, Marco de Canaveses, sul, Castelo de Paiva e ligação ao centro do País. Referia essa obra porque, acerca de um ano, o senhor Primeiro-ministro falou da importância daquela obra para a região. E dizia na altura, de uma forma traduzida pela comunicação social, e não houve qualquer desmentido, que dentro de pouco tempo, não demoraria muitas semanas, haveria uma noção exata da calendarização do resto da obra. Era verdade que este ano, assistiram à presença do senhor Secretário de Estado dos Transportes, que veio a Penafiel e anunciou o alargamento da EN 15 e definindo um prazo de execução dessa obra até finais do 3 trimestre de 2016, e na mesma ocasião deu nota que se iria iniciar o lançamento do primeiro troço do IC 35, fase que correspondia lançamento da obra até ao troço de Rans. Quanto a estes factos estavam todos de acordo, mas a preocupação que lhe surgia prendia-se com a continuação daquele projeto, uma vez nada estava previsto até ao ano de 2019. Essa sua preocupação vinha cimentada numa outra afirmação, trazida na altura pela comunicação social, que o senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, também Presidente da CIM, em que fundo se estava a perder alguma capacidade reivindicativa de chamar à execução da obra, um poder que os autarcas em si assumiam. Ou seja, aquela obra tão importante, era conveniente que não se tornasse publicamente objeto dessintonia, porque podiam correr o sério risco de verem aquela obra que é tão ansiada e que é anunciada em período eleitoral para ser feita a 1.ª fase e depois da 1.ª fase ficar *ad eternum* aguardar que a obra avançasse. E falar de uma obra tão importante e estruturante que a terminar em Rans, no meio do descampado de montes, ninguém podia ficar satisfeito, fazia-se uma viagem em 2,5km a terminar num descampado onde ninguém sabia para que lado ia. Era interessante reivindicarem e terem presente a hora e o momento em que aquele investimento foi tornado público e era de facto reconhecido como estruturante, contudo, não se pode perde essa ideia de que é

estruturante nem com a ideia de ficarmos gratos a quem em termos de caridade dá pequena esmola. Todos os cidadãos da zona deprimida como é a zona do Vale do Sousa e do Tâmega, sendo das zonas mais pobres do país, eram os que mais deviam reivindicar. Estranhava que no momento em que se falava do quadro comunitário de apoio, em que supostamente havia dinheiro para fazer determinado tipo de investimentos, em Penafiel, a necessitar daquela via estruturante, saberem que o quadro o comunitário de apoio avançava e aquela obra estruturante ficava apenas na dita 1.ª fase a acabar na freguesia de Rans. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel, assumiu na comunicação social que estava reconhecido e satisfeito com o primeiro avanço da obra, mas era conveniente que não se deixasse render e reivindicasse e não passasse a "mão pelo pêlo", no que se refere ao Poder Central, porque não se podiam acomodar com aquela situação.-----

----- Todos queriam um Presidente de Câmara que fosse reivindicativo, não interessava a sua cor política, o que interessava era que fosse o Presidente de Penafiel e dos penafidelenses para que todos estivessem do seu lado e era isso e que levava Penafiel a continuar afirmar-se enquanto região. O Partido Socialista não estava contra ao primeiro faseamento da obra, mas esse faseamento tem que ser obrigatoriamente assumido que era para prosseguir e em 2019, período em que o quadro comunitário estava numa fase muito avançada e depois era demasiado tarde. Não se podiam calar porque ficar pela primeira fase era muito pouco e demonstrava uma pequenez de raciocínio. Não podiam perder a oportunidade de se associarem juntamente com o senhor Presidente da CIM, porque era uma entidade que os representava a todos e seriam tanto maiores quanto mais reivindicassem aquilo que de facto era reconhecido e exigido pela vasta região na qual Penafiel estava integrado. Na altura do senhor Presidente da Câmara, dr. Alberto Santos, foi feita uma petição, não para que a obra fosse feita aos bocados, mas para que politicamente todos quisessem que a obra avançasse e não fosse faseada. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Disse que concordava com uma parte da intervenção do senhor deputado Sousa Pinto, mas não na sua totalidade. Concordava que para todos o IC 35 devia ser feito na totalidade e num menor espaço de tempo. Era verdade que nunca pediram o IC 35 faseado, mas era verdade que ninguém tinha votado para que um Governo levasse o país à bancarrota. Convinha terem noção daquilo que pediam em fase ou consequência da situação atravessava em cada momento. --

-----Salientou a forma como decorreu mais uma edição da Agrival. Estava de parabéns o senhor Presidente da Câmara e todo o executivo, em especial o vereador Adolfo Amílcar. -----

-----Além dos negócios que a Agrival proporciona, a traduz-se também numa oportunidade para o município. Falava da exposição mediática, felizmente pela positiva, que o nome Penafiel tem a reboque daquele evento. Não sabia se alguma vez o município contabilizou esse item, mas tinha a certeza que de cada vez que o nome Penafiel era dito ou escrito num órgão de comunicação social nacional estava-se a falar de milhares de euros poupados em publicidade ou promoção do município. E todos sabiam, como na era em que vivíamos a afirmação e a solidez de um nome, de uma marca, era de extrema

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

importância. Para essa exposição mediática em muito contribuem as visitas de certos nomes, nomeadamente os de governantes ou de outros agentes políticos relevantes. Foi por isso com agrado que assistiu à visita de vários membros do governo à Agrival e em particular a do Primeiro-ministro. E salientou a de Pedro Passos Coelho por não ser a primeira, ainda não era Primeiro-ministro e já Passos Coelho visitava a Agrival. A vinda de membros do governo ao Município não foi só à Agrival. Ao longo destes dois últimos anos, felizmente, foram muitos os membros do Governo a marcarem presença em Penafiel. Trouxeram-nos sempre boas notícias. E bem que estávamos a precisar de um governo que finalmente nos ouvisse e desse alguma atenção. Pela Agrival passou também António Costa. Uma estreia na feira e uma visita relevante sendo este candidato a Primeiro-ministro. Esperava que nessa visita ao município lhes desse a garantia da construção do IC35. Esperava não só a garantia de que não voltariam a ver o IC35 cancelado dando continuidade ao trabalho deste governo, como, sobretudo, o anúncio de que iria fazer o IC35 em metade do tempo anunciado. Pareceu-lhe uma expectativa legítima tendo em conta que é essa uma das tónicas das suas promessas, perdão, dos seus compromissos eleitorais. A outra tónica é bem pior, reverter tudo o que o governo ainda em funções fez. E reverter o que este governo fez ou está a fazer neste município não é uma boa notícia para os Penafidelenses. Nem para os Penafidelenses nem para o país. Os sacrifícios que os portugueses fizeram ao longo dos últimos anos e que em maior ou menor escala terão de continuar a fazer nos próximos, mereciam uma atitude mais responsável por parte de António Costa. -----

-----Há uns dias Passos Coelho falava de uma política do iô-iô o que parecia mais uma espécie de doença bipolar. Num momento, estava tudo mal e ia desfazer tudo o que o país conseguiu nestes anos, no seguinte compromete-se com tudo e mais alguma coisa como se fossemos um país rico e não saísse do nosso bolso o dinheiro para pagar esses compromissos. Já agora, aqui esta nossa região que não é interior nem litoral também tem uma autoestrada em que se pagam portagens e não creio que a N15 seja uma via alternativa. Talvez ainda vá a tempo de inserir na bíblia a eliminação das portagens na A4. Pouco lhe interessava as narrativas de quem chamou ou não a troika. Se a queriam ou não. O que sabia era que o povo português, sob a liderança deste governo, foi capaz de lhes dizer adeus. Dispensou o segundo resgate, o programa cautelar e até a última tranche do empréstimo. Com muitos sacrifícios e com consequências que demorarão anos a amenizar. -----

-----António Costa é contra as privatizações e gabou-se de baixar o défice em Lisboa. Mas esqueceu-se de dizer que só o fez com o dinheiro duma privatização. É contra o aumento de impostos, mas todos ainda nos lembramos das "taxas e taxinhas". É contra a austeridade, mas não consta que alguma vez se tenha manifestado contra ela quando era o número 2 do PS e Sócrates iniciou os cortes nos vencimentos e nas pensões. Onde estava Costa quando o governo da época aumentou o IVA? Onde estava quando fechou maternidades e centros de saúde? Se são os outros apelida-os de destruidores do estado social, se é o próprio ou os seus chama-lhe reformas. Enquanto comentador, acha que PS e PSD



devem ter atitudes responsáveis, se é candidato a Primeiro-ministro anuncia que votará contra um orçamento que ainda ninguém conhece. As contradições já eram tantas, que não saíam dali. -----

-----Tudo o que desejava para si, para os seus e para quem ali representava, é que quem nos vier a governar não se esqueça de nós, do nosso município. Que respeite este povo e não deite a perder tudo o que foi conseguido. Que não nos levem novamente para o precipício donde tão custosamente saímos. ----

-----Para terminar, na senda do início da intervenção, referir a presença do Presidente da F.P.F, Fernando Gomes visitou ontem o Estádio 25 de Abril que vai receber o jogo da seleção nacional de sub 21 com a Hungria no próximo dia 9 de outubro. Disse ter lido na página da federação que a decisão tem também em conta o investimento nas obras realizadas no estádio. É com satisfação que vemos o estado de Penafiel a ser escolhido para a realização daquele jogo, era mais uma prova da afirmação de Penafiel no panorama nacional. Referiu que não podíamos marcar golos pela seção, mas com certeza não lhe faltará o nosso apoio. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que ficava satisfeito que o senhor deputado Rui Lopes estivesse estado atento às visitas sucessivas de membros do Governo que nada têm a ver com o período eleitoral, obviamente que enquanto cidadãos vieram a Penafiel por diversas vezes mas independentemente desse facto, gostava de perceber se o senhor Deputado Rui Lopes tinha votado num Governo que prometeu em 2011 a construção do IC 35, num deputado da Assembleia da República que representa o PSD no município de Penafiel, que prometeu por escrito a construção do IC 35 e isso não tinha acontecido. Disse que o senhor deputado Rui Lopes esquecia-se de quais eram os objetivos da construção do IC 35 e lembrou que havia dois, um era o desenvolvimento socioeconómico e a economia da região e o outro era combater o elevado grau de sinistralidade na EN 106. Gostava que o senhor deputado os esclarecesse se a construção do 2 quilómetros, que ninguém tirava o mérito, e que nunca iriam fazer combate político, como já tinha referido em sessões anteriores, acerca do IC 35 porque era importante que fosse construído, o senhor deputado é que ia permanentemente ali de forma acicatar aquele tema, mas se achava que aqueles dois objetivos estavam cumpridos com a construção de dois quilómetros, e se falharam ou não com essa promessa. Mais perguntou, se o senhor deputado tinha votado no Executivo Municipal que prometeu não abrir as piscinas municipais de Penafiel. E se votou num Governo em que não cobria as freguesias do Tâmega com médico de família. Perguntou ainda, se o senhor deputado tinha votado num Governo que aumentou a dívida em 80 mil milhões de euros, sendo que orçamento da nação por ano era de 85 mil milhões. -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Respondeu que não era difícil deduzir em que Executivo Municipal ou em que Governos votava. Quanto às questões colocadas, disse que respondia dizendo em quem não tinha votado: não votou no Governo que construiu três autoestradas, Porto/Lisboa, não votou num Governo que queria construir um TGV, não votou num Governo que construiu o aeroporto de Beja, não votou num Governo que endividou o país, não votou num Governo que deixou o país sem dinheiro

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

para pagar ordenados, pois era público e verdade que o país não tinha dinheiro para cumprir as suas necessidades no mês seguinte. Conclui dizendo que ninguém pedia dinheiro se tivesse os bolsos cheios, se pediam dinheiro era porque não tinham dinheiro para os encargos que o país tinha assumido. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa: Referiu que todos deviam estar unidos na causa dos refugiados, e Cabeça Santa estava disponível para acolher pelo menos uma família.

----- Perguntou ao senhor Presidente da Câmara Municipal como é que estava a situação das obras na freguesia de Cabeça Santa. O parque infantil que tinha sido prometido para o ano em curso, a falta passeios da EN 106. Na rua da Lamosa as obras iniciaram em setembro de 2013 e não sabe o motivo por que pararam. O estacionamento na zona industrial de Fontão, que tinha pedido alguma celeridade ao senhor Presidente e até à data não obteve qualquer resposta. Disse que era curioso e estranho que quem estava a usufruir daquele terreno era o senhor ex-tesoureiro da junta de freguesia de Cabeça Santa, e que após sua última intervenção na Assembleia Municipal, colocou no único acesso que havia para o terreno, duas cargas de lenha que se mantinha até à data. -----

----- Deu os parabéns ao senhor Vereador Rodrigo Lopes pela forma como tinha gerido o início do ano letivo, pois estava a decorrer como se esperava. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão: Aquando da construção da Barragem do Torrão, entre os finais dos anos 80 e o princípio dos anos 90 e fruto do avanço da nossa civilização, Abragão deixou de ter um dos seus maiores pontos turísticos e de lazer junto às margens do seu Rio, que na altura corria apressado para o seu destino final. Desde então, deixou de haver aqueles convívios familiares que aos finais de semana normalmente aconteciam, junto às margens do rio porque a partir daí nessa zona do Baixo-Tâmega, passaram a ter um imenso e profundo espelho de água. Tornou-se então necessário, fazer alguma coisa para amenizar aquele impacto negativo no nosso cartaz turístico. Não foi fácil pois durante mais de duas décadas e durante várias legislaturas, os diversos executivos fizeram constar nos vários planos de atividade da sua Autarquia, um projeto que englobava uma Praia Fluvial e um Parque de Lazer. Durante muitos anos esta obra teimava em não sair do papel, mas, finalmente, graças ao empenho e dedicação do atual Presidente da Câmara, Antonino de Sousa e do seu antecessor, Alberto Santos, foi possível realizar uma parte daquele sonho com a construção do Parque de Lazer de Abragão inaugurado no passado mês de agosto. -----

----- Estavam convictos de que esse equipamento com importantes potencialidades Turísticas para a Vila de Abragão e para aquela região do Baixo-Tâmega, seria no futuro uma mais-valia para a Vila e também para o Concelho de Penafiel. Para que o sonho se complete, esperava a curto prazo poder vir ali de novo, anunciar e agradecer a conclusão da segunda fase da obra. -----

----- Posto isto, em seu nome e em nome dos Abragonenses, só restava agradecer aos dois maiores concretizadores de sonhos. O Atual Presidente da Câmara e ao seu antecessor, Alberto Santos, a ambos muito obrigado. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Disse que os pedidos de esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que tentou fazer na última sessão da Assembleia Municipal e não os fez, porque como sugeriu o senhor Presidente da Assembleia Municipal, tinham que ser feitos no período antes da ordem do dia e por isso ia agora aborda-los. Um dos pedidos tinha a ver com um email que enviou a 31 de maio e sobre o qual ainda não tinha obtido resposta, e que tem a ver com a estação de tratamento de águas residuais e a sua localização. Recordou que o senhor Presidente da Câmara Municipal teceu alguns comentários sobre a forma como se deslocava à freguesia, mas não constavam da ata. Deu os parabéns à assessora e à mesa da Assembleia Municipal que não tinham deixado para a posteridade a forma como o senhor Presidente se deslocava à freguesia da Eja. Contudo era uma freguesia humilde mas sabia receber e sempre recebeu bem os senhores Presidentes de Câmara Municipal que lá se deslocavam. -----

-----Enalteceu a Câmara Municipal por ter levado o projeto "Sons de Verão", à zona ribeirinha de Entre-os-Rios, entre os dias 11 de junho a 8 de agosto. Iniciativa que acrescentou animação àquela zona, que recebia no verão centenas de visitantes por cada barco que lá parava. -----

-----Disse que queria deixar uma preocupação sua e de todos os residentes da zona de Entre-os-Rios, tendo em conta o estado em que se encontra uma residencial, facto que a junta de freguesia já alertou há muitos anos. Estava certo que a Câmara Municipal estava a tratar do assunto mas urge repor a segurança daquele edifício. Já por diversas vezes e por várias situações, alguns dos cidadãos vizinhos do edifício tiveram vários sustos pois uma parte do edifício de dois andares que era de tabique, ruiu quase na metade do edifício. Esperava que não fosse preciso ocorrer uma tragédia para depois se tratar do assunto. -----

-----Deixou uma palavra aos senhores candidatos a deputados na Assembleia da República, pois gostava que fossem eleitos e que dignificassem o nome de Penafiel. Deixou também uma palavra de agradecimento ao senhor deputado Mário Magalhães que agora terminava o seu mandato. -----

-----Convidou todos os presentes, para dia 26 de setembro, participarem nas comemorações do dia da freguesia de Eja, iniciativa que levava a efeito desde 2006. Este ano tinham o privilégio e a honra de condecorar o ilustre cidadão penafidense e membro da Assembleia Municipal, o senhor Dr. Coelho Ferreira. -----

----- O senhor deputado Joaquim Silva: Disse que Padre Américo citou que "a melhor maneira de resolver os grandes males alheios é cada um fazer todo o bem que poder dentro da sua pequenina esfera de ação. Não há arma mais eficaz para o combate do mal que prática do bem". -----

-----Referiu que todos deviam estar satisfeitos e orgulhosos daquilo que foi feito por todos em prol da defesa do IC 35. Não tinha dúvidas que com a construção do IC 35 a zona industrial de Galegos seria uma realidade. Se o IC 35 fosse feito à mais anos, a população dependeria só da construção civil, se fosse hoje podiam ter polos de vários empregos e um bem-estar para toda a população. Não tinha

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

dúvidas que com o IC 35 a zona industrial de Cabeça Santa e a zona das pedreiras, enriquecerá Penafiel e melhorará a vida de quem lá vivia e todos ganhavam com isso. Todos sabiam que a vila de Rio de Moinhos, com a construção do IC 35 melhoraria a qualidade de vida da sua população. Entre-os-Rios e os seus visitantes que chegavam de barco, bem como a população de Castelo de Paiva tinham oportunidade de chegar mais rápido à cidade de Penafiel e às suas freguesias. Todos deviam de se orgulhar daquilo que já tinham conseguido em relação à construção do IC 35. Que ninguém tivesse dúvidas que Penafiel não parava e o IC 35 não ia ficar só pela primeira fase.-----

-----Terminadas as intervenções do período antes da ordem do dia, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à discussão e votação e deliberação a moção, os votos de louvor e pesar louvor acima transcritos. -----

----- — Discussão e votação da Moção subscrita pelo Grupo Municipal da CDU "sobre a situação dos refugiados e imigrantes na Europa." -----

----- Para poder usar da palavra, o senhor primeiro secretário da Assembleia Municipal, Pedro Norberto, ausentou-se da mesa, não podendo reassumir as respetivas funções até ao termo do debate e da respetiva votação, de acordo com o art.º 38.º, do Regimento da Assembleia Municipal.-----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra da moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU, escreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que aquela era uma moção que devia ser subscrita por todos os partidos representados na Assembleia Municipal, porque era um problema muito sério, em que se assistia diariamente, através da comunicação social, dos horrores que aqueles seres humanos estavam sujeitos. Era uma tragédia humanitária que estava acontecer com crianças, com mães e idosos que depois de andarem semanas e semanas no mar chegavam a terra em condições desumanas. -----

----- O que estava ali em causa, ao contrário o que dizia a senhora deputada Hermínia Magalhães, deputada pelo CDS-PP, não era a questão dos necessitados portugueses, mas sim as pessoas que estavam a morrer no mar, a morrer de fome e frio, que fugiam da guerra. Era um problema humanitário e ninguém, independentemente da cor política, podia ficar indiferente a tamanha desumanidade. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Esclareceu o senhor deputado Jesus Ferreira que não era animal nem insensível e era muito solidária. Não ficava indiferente às crianças que têm passado tormentos naquela situação. Como mãe, nunca colocaria os filhos à frente das tropas que guardavam determinadas fronteiras, mas cobri-los-ia com o próprio corpo. -----

----- Ninguém punha em causa a história dramática daquela gente. O povo português sempre foi solidário. Penafiel sempre foi solidário e muito quando acolheu crianças austríacas durante a II Guerra Mundial. Não era isso que estava em causa, mas sim, por um lado, a redação do ponto 2 da moção apresentada pela CDU, pois não se reviam, em pleno século XXI, naquele tipo de linguagem de



"agressões imperialistas" e das consequências do "capitalismo". Por outro lado, o Estado Português já tinha tomado as devidas medidas naquele sentido, ia receber por volta de 3000 refugiados/migrantes. Citou uma notícia publicada à data na comunicação social: "*a europa chega acordo para repartir 120 mil refugiados, sem unanimidade como seria expectável, mas com apoio do Governo Português.*" Nesse sentido o grupo municipal da coligação PSD/CDS-PP ia votar contra à moção apresentada. -----

----- O senhor deputado Agostinho Gonçalves: Disse que o assunto em discussão era demasiado sério para ficar somente pela questão ideológica. À esquerda têm um texto que é marcadamente ideológico. Partindo de uma base humanitária era marcante o texto ao contrário da intervenção que o senhor deputado Jesus Ferreira tinha feito ali ao microfone. Da mesma maneira que a senhora deputada Hermínia Magalhães, colocava a questão não estava totalmente de acordo. Quando é dito que enquanto houver famílias e crianças portuguesas que estejam mal, não deviam deprimir essa situação, a abrir as portas a outras pessoas. O que estava realmente em causa era um problema político difícil que até a própria União Europeia ainda não tinha encontrado resposta. O que estava em causa eram pessoas que estavam a fugir à guerra, à violência e à fome. Com famílias destroçadas não se devia fazer politiquices, mas sim, refletirem e pensarem como podiam contribuir para ajudarem aquelas gentes. Penafiel era uma terra acolhedora, tínhamos a obra do padre Américo que a todos orgulhava. -----

----- Sugeriu que se juntassem todos, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, e manifestassem a vontade de receberem e acolherem as famílias sofridas e que não tinham pátria, na proporção da dimensão da população do concelho. -----

----- O senhor deputado Pedro Norberto: Disse que as questões de política interna não deviam ser levadas àquele debate. Havia frases escritas na moção e ditas naquela púlpito que discordava. Era óbvio que estava em desacordo com os considerandos da moção porque culpava os Estados Unidos e a Europa, mas era para os países que vivem no terrível sistema "capitalismo" referido na moção, que os refugiados iam. Disse que não conseguia compreender que perante um flagelo daquela natureza se fizessem aquele tipo de considerações ideológica. Disse que a União Europeia com alguma dificuldade tinha acabado de chegar acordo. Era pena que alguns países da europa, os que provavelmente estiverem sob jugo soviético, não votaram a favor a proposta da União Europeia. Mas os países da democracia cristã, da social-democracia e os países norte e sul da europa votaram a favor e iam acolher os refugiados. Esperava que, se o município de Penafiel tiver oportunidade e condições, devia ter o gesto de receber refugiados de guerra. Se em 1975, 1976 e 1977 conseguiram acolherem e integraram tantas pessoas que vieram das colónias, porque que é que agora não podiam acolher gente de outros países que fugiam a uma guerra horrenda? Uma coisa era certa, tinham que respeitar e integrarem-se a nossa cultura com muitos séculos e não se podia confundir, bem como estabelecer esses limites. -----

----- O senhor deputado José Macedo: Disse que não sabia se havia uma linha condutora na posição plasmada na intervenção da senhora deputada Hermínia Magalhães e da Câmara Municipal. Pelo

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

que sabia, em sede de reunião de Câmara Municipal, foi feita uma proposta pelos senhores Vereadores do Partido Socialista sobre o acolhimento dos refugiados e o senhor Presidente da Câmara refugiou-se numa "coisa a ponderar", posição que demonstrou falta de interesse no assunto. -----

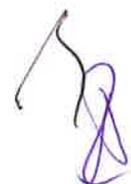
-----Referiu que o assunto dos refugiados não tem nada a ver com o fator edeológico mas sim com o fator humano. As crianças portuguesas se viessem dar à costa portuguesa o que é que faria cada um dos presentes? -----

-----Ninguém podia escolher o país em que nasceu. Fugir da guerra e morte certa não era o mesmo que viver com carências. O sistema social português consagra uma proteção social. Lamentavam que o Governo atual, da coligação PSD/CDS-PP, tenha efetuado cortes cegos no Rendimento Social de Inserção e no complemento solidário para idosos, aumentando, neste caso, desumanamente as condições de vida das muitas desfavorecidas famílias portuguesas. Os Portugueses, na sua maioria, não subscreviam as palavras da senhora deputada Hermínia Magalhães e duvidava que sua posição fosse acompanhada pelos sociais-democratas da Coligação. Não podiam esquecer que Portugal já foi um país de emigrantes e felizmente tiveram em países europeus e americanos uma casa de acolhimento. Lembrou que numa situação mais gravosa, quer financeira quer social, após a II Guerra Mundial, acolheram-se crianças e famílias austríacas vítimas da guerra. Mesmo contra as ordens de Salazar tivemos gentes que acolheram e salvaram milhares de judeus e mais recentemente acolheram famílias que fugiram da guerra da antiga Jugoslávia. Hoje assistiam a um galopar de violência contra os imigrantes e refugiados principalmente por parte da Hungria, onde o parlamento húngaro aprovou a legitimidade de abater imigrantes. A europa ou grande parte dela, assiste com alguma ligeireza aos atropelos constantes aos direitos fundamentais à dignidade humana. Hoje em dia, em muitos locais do espaço europeu aumentava os sentimentos xenófobos e de exclusão. -----

-----Disse que o grupo municipal do Partido Socialista, subscrevia a moção, se fosse retirado no ponto 4, a última parte onde refere " *e condena fortemente as visões e declarações, nomeadamente de partidos políticos portugueses, que a pretexto do drama humanitário criado pelas políticas dos EUA, da NATO e da União Europeia apontam o caminho de novas aventuras militares no Médio Oriente e no continente africano.*" Porque, como referiu o senhor deputado Pedro Norberto, era para esses países que os refugiados/migrantes queriam ir e esses países tiveram já um papel muito importante no acolhimento e no acabar de guerras e exclusões em alguns países. -----

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que só queria perceber se o senhor deputado José Macedo, subscrevia na íntegra a o ponto n.º 3 da moção. Se sim, significava que o Estado Português ainda não tinha tomado medida alguma para poder acolher os 3 mil refugiados que aí vinham.

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que o objetivo da moção, era simplesmente acudir àquelas pessoas que diariamente fugiam da guerra. -----



-----Disse que o que era referido sobre o *sistema dominante do capitalismo*, era pelas causas como aquela guerra nasceu, que se deve a situação em que aqueles países se encontravam. Era os interesses, era a produção, era ir buscar a riquezas que aqueles países tinham. Eram os países capitalistas, países dominantes como os Estados Unidos da América que intervinham nesses países e que destabilizam e que criavam aquelas situações. Até Papa Francisco, em todas as visitas que fazia ao exterior, nas suas homilias falava do que se sentia pelo mundo fora que se estava muito próximo, se o mundo não fosse controlado, de uma III Guerra Mundial. -----

-----A moção era ideológica como era ideológica a opinião daquelas pessoas que se aproveitavam da parte ideológica e política da moção para dizerem que não iam votar favoravelmente. -----

-----Posta à votação, a moção apresentada pelo grupo municipal da CDU, foi rejeitada por maioria, com 13 abstenções, 32 votos contra e um voto a favor. -----

-----Foram feitas as seguintes declarações de voto: -----

----- O senhor deputado Rui Lopes: Justificou o seu voto contra, não por qualquer preconceito, ou por qualquer atitude fascista ou xenófoba, mas porque a moção apresentada tinha pouco de humanismo e muito de ideológico e por essa razão não podia votar a favor. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o Partido Socialista ainda deu o benefício da dúvida à moção apresentada pela CDU a propósito do interesse e conteúdo da própria moção, porém, depois da última intervenção do proponente da moção, não se reviam nas suas palavras. Achava que pela forma que o senhor deputado, na sua intervenção, considerou os outros partidos sobre o assunto tinha sido deslegante. Não mereciam uma interpelação daquele género nem aquele tipo de considerandos. -----

-----Para que ficasse registado, a preocupação do PS com os refugiados de guerra mantinha-se, e se a Câmara Municipal tiver condições para ajudar e acolher os refugiados de guerra, pode contar com o apoio do PS nessa medida. -----

----- A senhora deputada Alexandra Almeida: Disse que eram a favor que Penafiel recebesse os refugiados, dentro das suas possibilidades, contudo, absteve-se nesta votação, porque era totalmente contra aos pressupostos que o senhor deputado Jesus Ferreira elencou e a forma como a defendeu, foi muito deslegante como já tinha sido referido. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Lamentava que as expressões usadas na moção não tivessem sido retiradas. Eram completamente desajustadas face à importância e ao interesse do real conteúdo da moção. Nesse equilíbrio por vezes desequilibrado entendeu que se devia abster face ao que devia ser retirado. -----

-----Reforçou a preocupação manifestação de apoio aos refugiados de guerra e todos deviam estar sensíveis perante aquele grave problema. -----

-----Os votos Louvor e os votos de Pesar foram subscritos por todos os presentes. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----Posto à votação, os votos de Louvor foram aprovados por unanimidade.-----

-----Posto à votação, os votos de Pesar, foram aprovadas por unanimidade, e guardado um minuto de silêncio em memória dos insignes cidadãos.-----

-----**1.º Ponto – Aprovação da Ata da sessão de anterior;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a ata foi aprovada por unanimidade.-----

-----**2.º Ponto – Apreciação da informação escrita do Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- — A senhora deputada Hermínia Magalhães: Da Informação escrita do Sr. Presidente, gostaria de salientar o apoio inequívoco deste executivo à cultura, à sua implementação, à sua motivação, à sua divulgação, nas mais variadas vertentes. De facto, a cultura no nosso concelho já há muito que é de todos e para todos.-----

-----Nesse contexto, realçou, no âmbito do Pelouro da Juventude e Tempos Livres, o Festival *Ignition* que decorreu de 11 a 13 de setembro, na quinta do Carrazêdo, em Santiago de Subarrifana. Destacava este evento porque foi bem diferente do formato habitual. Recordou que o *Ignition* fez 5 edições. Foi um projeto que, por uma agradável coincidência, acompanhou de perto. Desde a sua conceção com alunos de Bangkok em Penafiel, até alunos de Madrid em Penafiel numa fase posterior, durante 8 meses de dedicação. Foram envolvidas mais de 170 pessoas, a maioria jovens universitários, voluntariando-se para o staff de uma organização sem qualquer reparo a fazer. Um coletivo de jovens arquitetos, designers, advogados, da área do marketing, sonhou, concebeu e concretizou. Nem sequer fazia referência às bandas que por lá passaram e que percorrem o mundo fora com enorme sucesso. Quem foi, foi, a própria foi e adorou, quem esteve, esteve, a própria esteve e não iria esquecer.-----

-----Aguardava, ansiosamente, que estes jovens tão criativos e apaixonados por Penafiel, não deixassem morrer o projeto. Era fácil de explicar esta sua ansiedade que apresentava com um misto de indignação.-----

-----Era tão simples não se fazer nada, mas era muito mais simples fazer-se afirmações de forma leviana, gratuitas e injuriosas, levando a um sentimento de desolação a quem tanto de si deu a um projeto daquela envergadura. Para o bem ou para o mal, ninguém tinha culpa da sua certidão de nascimento. Agora, usar e abusar da descendência de cada um para levantar a suspeição a quem de suspeito nada tinha, era triste e lamentável. Porque se não faz, é porque não faz e sobrevive às custas dos progenitores, se faz é porque o faz às custas dos progenitores.-----



Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----Que tivessem dó, que já era tempo daquelas mentalidades tão vulgares e mesquinhas desaparecerem de vez.-----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: A propósito da Agrival disse que existia uma falha de segurança na zona dos bares, nomeadamente à noite. As saídas eram escassas em número e em tamanho e por isso o PS, para evitar futuramente algumas situações de catástrofe, alertava para que fosse equacionado um plano de segurança para o mesmo recinto. Sugeriam, relativamente às condições de trabalho de vários trabalhadores da Agrival, que fossem tomadas as devidas medidas pela Câmara Municipal e a Penafiel Ativa EM., dado os inúmeros autos levantados na última edição do certame pela Autoridade das Condições de Trabalho, para que não se voltasse a repetir no próximo ano.-----

-----Quanto ao vinho da Agrival, perguntou, dado não estar mencionado no rótulo da garrafa, quem era o produtor e o seu engarrafador.-----

-----Em nome do Partido Socialista, queria deixar ali um grande repúdio pelo desinvestimento a nível do desporto no concelho. Parecia irónico que várias associações e clubes desportivos apoiados pela Câmara Municipal, que este ano têm sido bem-sucedidos nas suas competições, e têm sido desvalorizados. Um exemplo muito claro que tem havia um desinvestimento no desporto, era que já há vários meses a esta parte alguns munícipes associados à Associação para o Desenvolvimento de Galegos têm interpelado o senhor Presidente da Câmara a propósito da zona envolvente ao pavilhão desportivo de Galegos que se encontrava em risco e inclusivamente ontem, na entrada na nave anexa, caiu novamente uma pedra e felizmente não atingiu ninguém. Perguntou para quando a solução para aquele problema.-----

----- O senhor deputado Belmiro Barbosa: Referiu que a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, confirmava aquilo que a Câmara Municipal continuava a fazer em todas as áreas no concelho de Penafiel. A autarquia continuava no bom caminho do investimento a todos os níveis. Na área cultural e apoio à IPSS's tem visto a preocupação da Câmara Municipal no trabalho que tem vindo a desenvolver e nos projetos que tem apoiado na IPSS's.-----

-----Relativamente à Agrival, disse que era um certame do concelho com grande nome e mais uma vez a Câmara Municipal e nomeadamente o senhor Vereador do Pelouro, estavam de parabéns pelo trabalho que desenvolvido e que trazia a Penafiel milhares de visitantes.-----

-----Referiu que foi inaugurado na aldeia de Quintandona, polo vivo do museu de Penafiel, o centro interpretativo, centro de acolhimento aos visitantes e que valorizava cada vez mais aquela aldeia. A Câmara Municipal estava a descentralizar os seus serviços e celebrou com a junta de freguesia de Lagares e com a Casa de Xiné, Associação para o Desenvolvimento de Quintandona, um protocolo que vai procurar em ação esse centro interpretativo. Quintandona começou a crescer há 13 anos, está permanentemente em desenvolvimento. Quintandona tem visita de turistas diárias, investidores apostaram naquela aldeia e tem tido sucesso.-----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

Referiu a IX festa do Caldo de Quintandona, que mais uma vez foi um sucesso. Este ano ultrapassou todas as últimas edições em termos de visitantes. A economia local beneficia de ano após ano bem como as freguesias vizinhas. Agradeceu aos voluntários que ao longo de 3 dias trabalharam afincadamente para que o evento fosse um sucesso. Agradeceu também à Câmara Municipal de Penafiel pelo apoio dado àquele evento, evento esse, que dignifica o concelho de Penafiel e põem Quintandona no mapa. ----

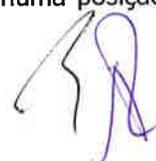
----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Levava ali um assunto que já o tinha abordado há cerca de um ano e que tem a ver com a recolha do lixo na zona urbana. Sempre que há uma situação menos agradável a própria Junta de Freguesia, junto dos serviços tenta dar informação para que tudo corra da melhor forma, mas face ao avolumar de informações que lhes chegam dos municípios, e o que é constatado no terreno, apelou à Câmara Municipal para que alguma coisa fosse melhorada no que diz respeito à recolha do lixo. Sabiam que não seria fácil fazer a gestão da frota com os recursos humanos e a gestão das viaturas da recolha, mas nesta fase exigia-se que houvesse uma atenção mais cuidada, e por isso apelava ao senhor Presidente para a resolução daquele problema. -----

----- A senhora deputada Sofia Leal: Disse que há uns anos a esta parte Penafiel tem-se tornado um palco e o centro de muitas atividades culturais. O verão foi muito pródigo em atividades com cariz muito diferente, que foram acontecendo na zona histórica da cidade. O entro histórico tem vindo a desenvolver e dinamizar variados eventos que a todos orgulhava e faziam sentir a *penafielidade* cada vez mais forte. Agradeceu todo o empenho e parceria que o Executivo Camarário tem dado a esses eventos, e já vinha do Executivo anterior, nomeadamente a noite branca. A Noite Branca, evento feito em colaboração com a Câmara Municipal e outras entidades, dinamizou a cidade, tornando-a diferente. Mobilizou cerca de 2500 animadores que encheram as ruas de Penafiel, transformaram a zona histórica numa esplanada gigante vestida de branco. Fez com que os moradores, nomeadamente das ruas Joaquim Cotta e Alfredo Pereira se mobilizassem e cotizarem-se para decorarem as suas ruas, ajudando assim que Penafiel tivesse uma noite memorável. O Movimento do Largo, também era um evento que tem feito diversas coisas, criando uma dinâmica quase semanal. O festival Ignittion também esteve presente na noite branca. -----

----- Penafiel estava de parabéns e era de louvar a Câmara Municipal por todo o esforço e empenho que tem dedicado à cultura fazendo os penafidelenses sentirem-se orgulhosos por pertencer há linda cidade. -- -----

----- A Escritaria, evento que se vai realizar nos dias 15, 16, 17 e 18 de outubro, e que este ano ia homenagear o escritor Mário Cláudio. A escritora Lídia Jorge também estaria presente neste evento que enaltecia e enobrecia a todos os penafidelenses, levando assim o nome de Penafiel para além do concelho. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente ao tema dos refugiados/imigrantes, disse que a Câmara Municipal de Penafiel não tinha assumido nenhuma posição



em relação a esse tema. O que tinha acontecido foi que numa reunião da Câmara Municipal no período antes da ordem do dia, o senhor Vereador André Ferreira entendeu fazer uma sugestão, que não é uma figura regimental, à Câmara para que pudesse vir acolher refugiados no concelho de Penafiel. O que na altura foi dito foi que esse tema era um tema de dimensão nacional e que teriam de aguardar aquilo que relativamente ao mesmo viesse acontecer, posição que era também subscrita pela Associação Nacional de Municípios que tem dito reiteradamente que para este tema tem que haver um plano nacional em que depois, as várias entidades, instituições e municípios possam integrar-se e participar na medida daquela que for a sua intenção e o seu ponto de vista. Para que fique claro, o município de Penafiel, não tem nenhuma posição formal, essa sugestão foi feita numa reunião da Câmara, sabia que depois na comunicação social, o senhor Vereador entendeu prestar declarações sobre o assunto, dizendo que tinha feito uma sugestão com esse teor e portanto essa era uma posição individual que não foi assumida formalmente pela Câmara Municipal. -----

-----Quanto à questão do aterro sanitário de Rio Mau, referiu que como disse o senhor deputado Nuno Araújo, aquela zona do concelho confrontou-se ao longo de 30 anos com uma lixeira a céu aberto onde colhia os resíduos dos concelhos de Penafiel, Paredes e Castelo de Paiva. Depois já na década de 90, mais concretamente 1998, foi construído um aterro sanitário em Rio Mau e Sebolido, aterro esse que tem vindo a funcionar de então para cá. Que fique claro que, quer a questão da lixeira que funcionou durante esses anos todos, quer depois o assumir do aterro em Rio Mau, eram responsabilidades que o Partido Socialista devia assumir. Foi o PS que acolheu o aterro sanitário naquela localização nos termos em que se conhecem. Não foi na altura formalizado nenhum documento no sentido de o aterro ir depois para outro município no tempo a que viesse a ser definido e nisso atual Executivo não tinha responsabilidade. A responsabilidade que cabia ao Executivo era de continuarem a estar ligados à gestão da Ambisousa, a empresa municipal que fazia a gestão dos equipamentos da área do ambiente, concretamente o aterro de Rio Mau também, e pelo facto da Ambisousa ser o sistema de gestão de resíduos que no país praticava a tarifa mais baixa. Enquanto em Penafiel a tarifa não chegava aos 20€ no Porto, a Lipor, que serve toda a área metropolitana do Porto, eram 55€ por tonelada de resíduos depositados, quase três vezes o valor da tarifa praticada no concelho. Os princípios da solidariedade e equidade referidos pelo senhor deputado Nuno Araújo faziam todo o sentido, porque aquando da liderança da Associação dos Municipais do Vale do Sousa pelo senhor Dr. Alberto Santos foi formalizado o compromisso de o aterro próximo ser efetivamente no concelho de Paredes e aliás o próprio Presidente da Câmara Municipal de Paredes, aquando a inauguração da etar em Paço de Sousa assumiu publicamente esse compromisso. Outro princípio que era muito importante era o princípio da boa gestão e da gestão com rigor e era disso que se tratava neste particular. Se com a nova dinâmica de gestão do aterro conseguiram que ele tivesse um período de vida maior do aquele que inicialmente estava previsto isso significava que era investimento mais eficaz e a gestão é mais eficiente. Aquilo que a esse propósito

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

importa ter presente era que quando o aterro foi construído não havia dinheiro para o fazer e ele foi feito com recurso e a empréstimos e financiamento bancário. E ainda hoje estavam a pagar os empréstimos que para esse efeito se contraíram. Em Penafiel, por exemplo, tiveram de assumir o montante de 1 milhão e 130 mil euros, como o senhor deputado Sousa Pinto se deve lembrar, que ainda estavam a pagar e que corresponde apenas a 16% do montante do investimento total, já que o investimento foi distribuído e dividido pelos 6 municípios que integravam a Associação dos Municípios do Vale Sousa. Como ainda têm que pagar os empréstimos que foram contraídos para construir o aterro, a preocupação maior nesta altura deve ser de gerir bem o equipamento e não ir precipitadamente construir outro quando não estava o primeiro ainda pago. Com a nova dinâmica de gestão, mais eficiente, foi possível que o período de vida útil do aterro pudesse aumentar. Isto, obviamente, tendo sempre presente a necessidade de acautelar o impacto ambiental e de não prejudicar em momento nenhum as populações das freguesias onde o aterro está instalado. Neste momento há uma prioridade para os municípios que integravam o sistema da Ambisousa e que é uma prioridade que resultava do facto de terem de cumprir as metas que lhes foram fixadas no âmbito do PERSU – Planos Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos. Aquele plano estratégico nacional resultava das diretivas que a União Europeia definia para os seus Estados Membros a que estavam naturalmente vinculados. O que definia esse plano por via das diretivas comunitárias é que tem necessariamente que haver uma redução significativa do orgânico depositado nos aterros e tem que haver um aumento, também significativo, dos recicláveis que vão no conjunto dos resíduos que se dirigem para o aterro. Com o objetivo de cumprir aquelas metas comunitárias a que estão vinculados a Ambisousa inseriu no seu plano estratégico de ação a construção da unidade de tratamento mecânico biológico. Essa unidade tem necessariamente de ser construída junto a um aterro sanitário porque feita a separação dos recicláveis há sempre um resíduo que depois tem que ser depositado no aterro e daí a necessidade de ser construída próxima de um aterro. O que tinham entendido foi que, já que tinham um aterro e que tinha um período de vida útil pela frente sem causar qualquer dano ambiental às populações, iam então procurar ter também essa unidade de tratamento mecânico biológico na medida em que se traduzia num investimento feito no concelho de Penafiel e tinha um potencial significativo de criação de postos de trabalho. Era nesse contexto que surgiram as declarações do senhor Presidente da Câmara de Paredes que eram uma manifesta precipitação e irresponsabilidade, quando dizia que o aterro ia durar mais 50 anos. Essa questão já tinha sido clarificada no mesmo jornal em que tinham sido publicadas as declarações e que teve ocasião de dizer aquilo que pensava sobre as mesmas e sobre a sua pertinência. Aliás não era preciso ser técnico nem especialista em matéria de ambiente para perceber que a ideia de que o aterro podia durar mais 50 anos era completamente descabida e não fazia nenhum sentido.-----

-----A questão da estação de tratamento mecânico biológica implicava um investimento na ordem dos 13 milhões de euros, o concurso previa um montante relativamente superior, era ainda a fase inicial



do concurso e entendeu-se por bem colocar a possibilidade da gestão da unidade ser feita através da prestação de serviços na medida em que a Ambisousa não tem nesta altura capacidade nem competência técnica para gerir aquela especialidade. Entendeu a entidade consultora que deu apoio naquele processo, que faria sentido colocar essa possibilidade ainda que depois no contexto do concurso pudesse afinar-se todo esse mecanismo. Portanto, o valor que era referido era um valor que não condizia com o valor investimento que era na ordem dos 13 milhões de euros e o resto do valor seria para a prestação da gestão dos serviços do equipamento do equipamento durante 10 anos. O que tinha entendido o Conselho diretivo da Vale do Sousa foi solicitar informação acrescida relativamente a esse processo, o que achava natural atendendo que o mesmo encerra e ao impacto que tem, e a Ambisousa face a esse pedido decidiu anular o concurso na medida em que não estava prevista a figura da suspensão, para prestar todos os esclarecimentos que o Conselho Diretivo achasse necessários e agora se assim for entendido, lançar novamente o projeto a concurso. O *timing* tem em conta de ter sido aberto um aviso de fundos comunitários para aquele domínio, que previa como data limite da apresentação da candidatura o final do mês de outubro e tinha-se entendido que não se podia correr nenhum risco de perder aquela oportunidade de financiamento. Ali reside uma grande diferença relativamente à forma como os senhores no passado resolviam as questões, com os financiamentos comunitários e os capitais próprios da Ambisousa era possível fazer aquele investimento e resolver o problema sem implicar nenhum esforço financeiro aos municípios. Daí resultava que podiam continuar a manter as tarifas mais baixas como tem acontecido. A questão das tarifas ainda é mais relevante se tiverem presente que o incumprimento das metas que são estabelecidas pelo PERSU, implicava o pagamento de uma tarifa de gestão dos resíduos por parte dos municípios integrados em sistemas incumpridores que necessariamente há-de ser refletida na fatura dos municípios. E era isso que não queria que acontecesse porque aquilo que tem como objetivo é continuarem a ter o tarifário mais baixo do país como tem acontecido até aqui. -----

-----Relativamente ao referido pelo senhor deputado Jesus Ferreira sobre o tema das taxas que no seu entender eram muito elevadas, disse que a Assembleia Municipal aprovou há cerca de um ano uma alteração à tabela de taxas e licenças precisamente para reduzir o valor das taxas e licenças do concelho, redução, essa na ordem dos 40% que significava que atualmente o concelho de Penafiel tem das taxas mais baixas de toda a região do Vale do Sousa. Nessê domínio estabeleceram um patamar de competitividade muito grande em relação a qualquer um dos municípios vizinhos. -----

-----Quanto à reabilitação urbana, disse que as intervenções que são feitas, eram precedidas inclusive, no caso do centro histórico, de um parecer da Comissão do Património. Todos queriam crer que tudo era feito em conformidade e dentro das boas práticas e regras e regulamentos legais. De qualquer forma se houver alguma questão em concreto que o senhor deputado Jesus Ferreira pudesse assinalar seria certamente mais fácil esclarecer. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----No que concerne à questão colocada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, quanto à localização da futura etar que se irá fazer na freguesia da Eja, disse que de momento não podia pronunciar-se sobre ela, porque era um assunto que estava a ser estudada pela Penafiel Verde EM, com apoio técnico inclusive com o envolvimento de ARH, porque como já tinha tido oportunidade de referir, uma etar na zona de Entre-os-Rios tem que ser muito bem ponderada porque naquela localidade é que estavam localizadas as captações de água. Tem que haver um trabalho técnico de muita seriedade e de muito rigor para que depois se tome a decisão mais acertada. Estavam todos empenhados para o quanto antes essa questão se pudesse resolver e naturalmente que era uma questão de grande prioridade. -----

-----Relativamente ao IC 35, era bom que ficasse claro que nunca o processo do IC 35 esteve tão avançado como estava atualmente. Nunca o processo do IC 35 foi tratado com tanta seriedade como foi pelo atual Governo. A esse propósito, hoje podem dizer que o concurso estava a decorrer e o prazo de apresentação de propostas para fazer a obra também estava a decorrer, ou seja, há pela primeira vez dados concretos que estavam acontecer para que o IC 35 fosse uma realidade. Estranhava a intervenção do senhor deputado Sousa Pinto que até parecia de algum incómodo e de algum constrangimento pelo facto de tudo estar acontecer e lamentava que não houvesse da parte da bancada do partido Socialista uma atitude maior humildade e de reconhecer que efetivamente o IC 35 podia e devia ter sido feito na altura em que havia dinheiro para se gastar, na altura em que se fizeram quilómetros em auto estradas pelo país e nunca o Governo do Partido Socialista olhou para esta região com a atenção que devia ter feito. Hoje regozijavam-se pelo facto da obra estar a andar. Claro que preferiam que a obra estivesse toda já lançada, mas acima de tudo o que preferiam era ser tratados com seriedade e serem tratados com seriedade era o que os senhores deputados ouviram no Salão Nobre da Câmara Municipal quando o senhor Secretário de Estado disse que iam lançar agora aquele troço porque era aquele que tinham dinheiro para fazer e pagar e que entre 2017 e 2019 seria feito a parte restante. Se só se podia fazer 4 km, não valia a pena enganar e dizer que iam fazer mais e depois não cumprir como se fez no passado. Estavam a dar-se passos concretos em relação àquela obra como nunca no passado se fez ou aconteceu.

-----Quanto às obras da freguesia de Cabeça Santa, disse que as obras iam ser realizadas a seu tempo. Não era possível realizar tudo em simultâneo, mas o senhor Presidente da Junta de Freguesia podia ficar tranquilo porque as obras iriam ser executadas, tal aparecer como outras freguesias. -----

-----Entretanto o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cabeça Santa retirou-se da Assembleia Municipal e o senhor Presidente da Câmara terminou os esclarecimentos que estava a prestar, uma vez que o senhor Presidente da Junta não quis ouvir.-----

-----No que concerne à importante inauguração feita no parque de lazer de Abragão, referida pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abragão, disse que foi um gosto muito grande puder concretizar aquele objetivo, esse anseio dos abragonenses, uma expectativa que tinham já há vários anos e que viram agora concretizar-se e que vai permitir um objetivo muito importante para aquele território.

Uma vila que tem uma paisagem natural extraordinária, um património edificado muito interessante, nomeadamente no âmbito da Rota do Românico e com o equipamento agora inaugurado vai poder assumir-se como um destino turístico capaz de atrair mais visitantes e com isso, uma maior dinâmica na atividade económica da sua vila.-----

-----Relativamente aos passeios em Santa Marta referidos pelo senhor deputado Coelho Ferreira, disse que já tinha passeios ainda não tinha tantos como os necessários mas estavam a cumprir com o compromisso ali assumido. Faltava ainda uma parte mas oportunamente ia ficar resolvida oportunamente e Santa Marta ia ficar ligada por passeios até à cidade mais central. -----

-----Quanto às intervenções sobre a Agrival, disse que não deixava de ser curioso que o senhor deputado Luís Guimarães tenha ido ao certame e só tenha visto coisas negativas, viu problemas de segurança junto aos bares, viu que a ACT andou a fiscalizar os restaurantes e não viu no rótulo do vinho da Agrival quem era o produtor. Já o senhor deputado Rui Lopes viu coisas mais positivas como tiveram ocasião de ver muitos milhões de Portugueses através da comunicação social nacional que deu uma imensa cobertura ao certame. De facto foi uma grande Agrival, trouxe mais visitantes ao certame e que potenciou um maior número de negócios para quem esteve a participar na feira, bem como a visita de vários membros do Governo e não foi por ser anos de eleições porque já no ano passado tinham tido o Governor presente no certame, aliás o senhor Primeiro-ministro visitou pela primeira vez a Agrival, ou seja a primeira vez que um Primeiro-ministro visitou aquela feira. Tiveram também um Vice-ministro de Timor, sendo que a dimensão da Agrival já ultrapassa a questão de pequenez com que os senhores deputados do PS olhavam para ela. Havia a necessidade de melhorar a segurança nos bares e ia ser feita assim como a melhorar outras circunstâncias da feira, porque era uma feira cada vez maior e os desafios eram cada vez maiores. -----

-----Não eram os responsáveis da feira que iam andar a fiscalizar os funcionários dos restaurantes, essa era uma fiscalização feita por quem tinha competências para isso, e foi isso que aconteceu e muito bem. -----

-----Quanto ao vinho, informou que foi tratado com a cooperativa agrícola de Penafiel, e por isso não sabia em concreto quem produziu as uvas com que se faz o vinho, mas sabia que era cá da terra e era vinho verde de boa cepa. -----

-----Disse que foi muito positivo a senhora Ministra da Administração Interna ter vindo a Penafiel assinar o protocolo da construção do Quartel da GNR, para a concretização da antiga aspiração da população da vila de Paço de Sousa. Protocolo que ia permitir que ainda este ano se faça o projeto e a obra seja lançada e que em meados de 2017 o quartel pudesse ficar construído. Que não pensassem os senhores deputados do Partido Socialista que era pelo facto de em meados de 2017 haver eleições, mas era esse o *timing* que era possível e é o que estava no protocolo. Mais importante que isso, era que iriam ser melhores condições de funcionamento e de funcionalidade para os militares para os militares da GNR,

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

melhores e mais condições de dignidade para o exercício da função é sobretudo a possibilidade que neste momento era inexistente, de reforçar o número de efetivos naquele posto territorial. Esse era um motivo muito importante porque significava que não se vai voltar a correr o risco de perder o quartel da GNR em Paço de Sousa, como tinha acontecido em 2007, e seguramente iam ter melhores condições de patrulhamento de toda aquela região. -----

-----Efetivamente o concelho de Penafiel tem estado com uma dinâmica imensa, como tinha sido ali referido por alguns dos senhores deputados, dinâmica de atividade culturais, recreativas e de lazer não apenas na sede do concelho mas também noutros recantos do concelho, como foi o caso do festival Ignition na quinta do Carrazedo em Novelas-Santiago, em Entre-os-Rios com os sons de Verão, e em Quintandona com a festa do Caldo. O concelho de Penafiel estava numa fase muito positiva em termos de atividades e por isso estava de parabéns. -----

----- O senhor deputado Sousa Pinto: Sobre o IC 35 disse que o senhor Presidente da Câmara não tinha garantias nenhuma como nenhum dos presentes. Fizeram um apelo para que essa via estruturante começasse o mais rapidamente possível. Não tinha feito nenhuma crítica ao senhor Presidente, apenas disse que queriam um Presidente de Câmara que reivindicasse essa via para Penafiel e que estariam sempre com ele se assim fosse. Não era por ser de outro partido político que deixaria de se identificar com a política que reivindicasse para Penafiel o que fosse bom para o concelho. -----

-----Em relação ao aterro sanitário, esclareceu que quando a lixeira de Canelas encerrou, Castelo de Paiva não deitava lá o lixo. O aterro sanitário de Canelas foi participado com os milhão e trezentos mil euros que o senhor Presidente referiu, a parte de Penafiel correspondente 50% era quanto a União Europeia participava. A Câmara Municipal se é dona de uma obra tinha que participar na sua respetiva parte. Esse dinheiro tinha servido, para mais tarde o aterro sanitário, ao funcionar ter proveitos. Surgiu a Ambisousa, que gerou receitas, que o senhor Presidente hoje tanto se vangloriava, dinheiro para prosseguir com as tais infraestruturas que hoje continuam a existir. Não tinha sido milagre nenhum, foram os penafidelenses que foram depositando esse dinheiro, a Ambisousa fez um preço de 23 euros por tonelada do que lá se deposita e por um princípio de boa gestão resultou algum proveito. Penafiel pagava a tonelada pelo preço mais baixo porque ao contrário do que se pagava no Porto, esse dinheiro servia para reinvestir em outros futuros projetos. O Porto possivelmente tinha uma margem de participação muito menor quanto aos fundos comunitários. Ou seja, Penafiel estava a gerir o aterro sem qualquer tipo de proveitos, a não ser os mínimos, para financiar futuros investimentos que iriam ser sempre a suportar por Penafiel. O senhor Presidente vangloriava-se por pagar menos e ainda bem que assim o era, mas não estava acautelar o futuro porque quando o aterro fechar não vai haver dinheiro para criar uma infraestrutura nova. -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Quanto à questão da dívida, disse que era uma questão de solidariedade geracional. Naturalmente que o senhor Presidente estava a pagar dívidas contraídas

anteriormente e as futuras gerações, os seus sucessores continuariam a pagar os 20 milhões da dívida atual da Câmara Municipal. As obras que se faziam atualmente irão beneficiar as gerações posteriores que teriam de suportar esses encargos. O discurso do senhor Presidente era iludir os penafidenses. Com essa mesma ilusão, um território que suportou uma lixeira a céu aberto durante mais 30 anos, construiu-se um aterro, porque era inadmissível que continuasse o lixo a ser queimado e depositado a céu aberto. O senhor Presidente, com a mesma retórica preparava-se para construir uma unidade de tratamento mecânico e biológico, e que não tinha que ser necessariamente em Penafiel, mas sim em Lustosa. Pelo que parecia, o senhor Presidente não devia ter reunido com o conselho de Administração e devia ser por isso que havia falha de comunicação, porque o PS tinha reunido com o Presidente do Conselho da Administração e foi informado que era isso que estava acordado. Esse investimento com recursos a fundos comunitários e a capitais próprios ia estender-se mais 10 anos, quando tinha a possibilidade de ir para Lustosa. Agora Penafiel ia receber lixos de mais dois municípios, de Lousada e Paços Ferreira, porque era isso que estava acordado com o senhor Presidente do Conselho de Administração da Ambisousa. Pediu que o senhor Presidente os esclarecesse sobre esse assunto. -----

----- O senhor deputado Luís Guimarães: Disse que os trabalhadores dentro Agrival que não estavam em condições de trabalho, ou os trabalhadores a quem foram levantados os autos, estavam dentro de uma feira organizada pela Penafiel Activa EM, empresa municipal que derivava da Câmara Municipal, e não era muito feliz ou prudente que ficassem à espera que a autoridade para a avaliação das condições de trabalho viesse verificar se estava tudo em conformidade ou não. De qualquer maneira a responsabilidade era sempre lançada para a *batata* alheia. -----

----- Disse que tinha questionado o senhor Presidente da sua preocupação e dos munícipes de Galegos, bem como de outras pessoas que faziam usufruto do pavilhão gimnodesportivo e mais uma vez não obteve resposta. Voltou a questionar para quando uma solução para aquele problema e qual a sua brevidade. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à primeira questão colocada pelo senhor deputado Nuno Araújo, disse que não era verdade aquilo que tinha referido. Tinham que olhar para o sistema como um todo e portanto a unidade de tratamento mecânico biológico se vier a ser construída de Penafiel, há-de acolher os resíduos que se prevêem para a sua capacidade de laboração, que era 65 mil toneladas e se for construída em Lustosa também era para a mesma circunstância das 65 mil toneladas que era a capacidade de funcionamento que ela tem. O sistema tem que funcionar de forma integrada, se eventualmente vier de algumas freguesias de, por exemplo Lousada, resíduos para serem tratados na unidade de tratamento mecânico biológico, irão outros, por exemplo de Paredes para serem depositados no aterro de Lustosa, porque o sistema como unidade tem funcionar de forma articulada e integrada e não como até à data em que três municípios depositavam num aterro e outros três noutra e ponto final. É um sistema integrado e que tem a ver com a capacidade de tratamento que a unidade tem

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

e está previsto ser de 65 mil toneladas por ano. O que era também importante saber por parte da bancada do PS, era que se entendesse que a unidade não devia ser em Rio Mau, rejeitavam o investimento e rejeitam a criação de postos de trabalho que ela ia potenciar, deviam dizer de forma clara. Por outro lado, se mesmo com o aterro ainda com a capacidade de receber resíduos não esgotada se deve, de qualquer forma avançar para a construção de um novo aterro em Paredes, onerando os penafidelenses com tarifas muito mais elevadas para se puder fazer aquele investimento. Disse que o PS devia assumir de uma vez por todas em relação aquele tema, não bastava por em causa e questionar o trabalho que estava a ser desenvolvido era preciso também ter uma posição clara relativamente aos assuntos. -----

----- Quanto à questão do senhor deputado Luís Guimarães tinha interpretado não como uma questão mas que tinha dado nota de uma pedra ter caído atrás do pavilhão. Disse que tomou a devida nota porque interpretou a questão como um alerta, e iam tratar de ver o que se passava, se havia questões de segurança iam verificá-la. -----

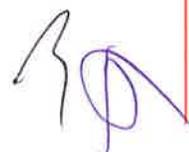
----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o Partido Socialista era contra qualquer extensão à atual capacidade do aterro sanitário em Rio Mau. -----

----- Voltou a referir que ou o senhor Presidente não tinha estado na visita, ou não tinha ouvido o que o senhor Administrado tinha dito, porque estavam a um ano e meio segundo a previsão do senhor Administrador, e não tinha havido nenhuma inovação tecnológica durante aquele período. O que significava que estavam a ano e meio do limite da capacidade anunciada. Dava a sensação que essa unidade de tratamento era uma desculpa para a extensão e ampliação do aterro sanitário. Pediu para que o senhor Presidente, nesta Assembleia Municipal, assegure-se que não haveria qualquer expropriação aos terrenos das freguesias de Canelas, Sebolido e Rio Mau, para utilização do aterro sanitário. -----

----- Disse que preferia que esse investimento fosse para Lustosa, era necessário preservar a serra da Boneca onde se localizava o atual aterro. Quanto ao número de empregos que o aterro podia criar, disse que o senhor Presidente não conseguia controlar uma vez que ia ser concessionado a uma empresa privada. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Reforçou o que já tinha dito na sua intervenção anterior, que não havia nenhuma intenção de aumentar o aterro sanitário, a única intenção que havia era uma intenção de o gerir bem e com eficácia. Enquanto puder e tiver capacidade de acolher resíduos deve continuar acolhe-los. Não haverá nenhuma expropriação, isso nunca esteve equacionado. O que estava em causa era criar mecanismos que permitam ganhar algum tempo mais mas com a área que tinha, não era com nenhum objetivo de ampliar. -----

----- **3.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal referente ao parecer do Revisor Oficial de Contas sobre a situação económica financeira Semestral – 1.º**



semestre 2015, para efeitos da alínea d), n.º 2, do artigo 77.º, da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro; -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Deu nota do seu agrado pela correção que sucessivamente alertou, no relatório do ROC, relativamente às transferências de capital para as associações que finalmente diz que têm sido testadas por amostragem ou por verificação da aplicação efetiva dessas transferências estavam a ser feitas e confirmadas.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

----- 4.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2016 – Prédios rústico: 0,8%; Prédios urbanos: 0,3% e Redução de 20% para os agregados familiares com três ou mais dependentes, nos casos em que o imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidir com o domicílio fiscal do proprietário, de acordo com o artigo nº 112, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015) e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Deu entrada na mesa de uma recomendação com o seguinte teor: *"Ao abrigo do Regimento da Assembleia Municipal, Secção II (dos poderes e direitos), Artº 7º e aos poderes que são conferidos ao Presidente do executivo Camarário, o Senhor Presidente da Câmara, a C.D.U. refere o seguinte:* -----

-----1 - *Esta proposta apresentada pelo executivo, não é original, está a ser discutida em várias Câmaras Municipais, porque se vive um período eleitoral;*-----

-----2 - *Se há condições económicas e financeiras nos municípios para o abaixamento do IMI, ele deve acontecer de forma universal, ou seja, para todos os proprietários;*-----

-----3 - *Estar a fazer uma redução do IMI tendo como critério o número de filhos, consideramos incorreto. As dificuldades das famílias medem-se pela sua situação económica e social;*-----

-----4 - *É particularmente merecedor de crítica que, quem promoveu o encerramento de maternidades, quem cortou nos apoios sociais e implementou uma política de desastre nacional que infernizou a vida ao povo e empurrou meio milhão de portugueses para a emigração, venha agora falar de preocupações com a natalidade e apresentar medidas avulso que não passam de propaganda para consumo em período pré-eleitoral.*-----

-----Por isso propomos;-----

-----1 - *Redução de 20% para todas as famílias e proprietários de imóveis de habitação própria e do seu agregado familiar;*-----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

-----2 - De acordo com o artº 42º do Código do Imposto Municipal sobre imóveis (CIMI) coeficiente de localização (Cl) que inicia no índice de 0,4, podendo, em situações de habitação dispersa no meio rural, poder ser reduzida para 0,35 e como é reconhecido por todos nós, já aqui foi referido da necessidade de baixar os coeficientes de localização no concelho que é fundamentalmente rural propomos a redução 0,2 em todos os coeficientes de localização para a habitação.” -----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o PS iria votar favoravelmente aquela proposta. Era uma proposta interessante na medida em que ia contribuir para aumentar o rendimento disponível de algumas famílias, não ia onerar tanto as famílias. Não tiveram oportunidade de quantificar, à semelhança de alguns exercícios que foram fazendo como em relação à derrama e à questão da devolução do IRS como irão ter oportunidade de discutir nos pontos a seguir. De qualquer forma tentar que esta medida fosse extensiva a outras famílias, correndo mesmo o risco de beneficiar outros que porventura não necessitavam, mas esse era um risco que se corria em qualquer medida de apoio social a qualquer tipo de agregado familiar. Contudo o próprio Governo ia mais longe nessa matéria porque, abrangia agregados familiares com um ou dois filhos. A medida em si era importante no momento difícil que as famílias portuguesas e neste caso as famílias penafidenses atravessavam, iria aliviar um pouco e isso era importante para alavancar a economia local, uma vez que aumentava o poder de compra das famílias. -----

----- — O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que a bancada da Coligação “Penafiel Quer” recebia com muita satisfação esta proposta da Câmara Municipal. Era uma proposta de apoio social às famílias penafidenses que todos tinham que reconhecer de benéfica. Era evidente que alguns agentes económicos e políticos apregoam a solidariedades, fazendo bandeira dos partidos que representavam. O senhor Presidente da Câmara Municipal de Penafiel não apregoa, pratica e ficava bem que não fizesse bandeira daquele facto mas que de facto ia ajudar e muito as famílias penafidenses. Era evidente que aquela medida não acrescentava rendimento aos penafidenses, também não retirava, mas retirava o ónus ao fim do mês, quando aparecia o IMI nas duas ou três vezes em que eram chamados a contribuir para as finanças públicas, retirava esse ónus reduzindo a carga fiscal aos cidadãos de Penafiel. Os penafidenses por certo iam agradecer esse facto. O ideal seria poder ir mais além, reduzindo para famílias com um ou dois elementos, mas sabiam que o cobertor das receitas era curto e se esticava de um lado tinha que ficar descoberto de outro. Era evidente que poderia haver ali alguma situação ou circunstância que de facto alguma agregado familiar penafidenses que tem três filhos e que tem melhores ou mais possibilidades do que um que tenha dois, mas acabar com aquela discriminação não era possível nem fácil e levava a contas extremamente difíceis que acabava por redundar ainda mais prejuízo para alguns e por certo aquele equilíbrio não seria feito. -----

-----A Coligação agradecia em nome dos penafidenses o gesto da Câmara Municipal que ia redundar em redução de receita para o município, por certo vai ter que reduzir despesa e saberá onde o

vai fazer em algumas gorduras que ainda possam existir ou então priorizando a sua atividade ao longo da execução orçamental.

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **5.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de aplicação do percentual de 0,25% para o apuramento do valor da taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), a aplicar no ano 2016, sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicação eletrónicas acessíveis ao público em local fixo, para efeitos do disposto nos artigos 106.º, n.º 3, alínea b), da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **6.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal relativa ao lançamento da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para o ano de 2016, ao abrigo do disposto no n.º 1, do artigo 18.º, da Lei n.º 73/2013 de 15 de setembro, e o lançamento de uma taxa reduzida de derrama de 0,75%, para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150 000€, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 18º, da mesma Lei e para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que na sua intervenção ira referir-se também ao ponto n.º 7. -----

-----O PS tem construído uma alternativa e uma narrativa em torno da questão dos impostos municipais que tem a ver com o equilíbrio que o senhor deputado Sousa Pinto tinha mencionado no decorrer da sua intervenção. O PS tem tido uma postura muito séria, quando abordavam a questão da derrama. Tinha dito na altura e iria reforçar a sua intervenção feita no ano anterior. Achavam que aquela era uma medida que de alguma forma era inócua no objetivo que o senhor Presidente queria atingir junto das empresas. A verba que disponibilizava a uma empresa, que não é um agregado familiar de 4 pessoas, seria por ventura na sua globalidade melhor empregue e gerida pela Câmara Municipal naquilo que são as suas necessidades do ponto de vista das receitas do que aquilo que de faz no caso do IRS; Ou seja, optou por taxar no máximo e podendo ali, à semelhança do que faz no IMI, reduzir como propunha o PS, redução, essa gradual, no primeiro ano 1% e no ano seguinte 2%. Aliás ia muito ao encontro do que tinham abordado na questão do IMI. Aquilo que o PS propôs e o senhor Presidente recusou foi propor uma medida gradual que vai de encontro àquela do IMI. Ou seja, é não onerar muito as famílias penafidelenses e dar-lhe mais algum dinheiro ao final do mês. A proposta que o PS fazia era equilibrada e por isso iam abster-se na questão da derrama, porque achavam que o senhor Presidente

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

podia taxa-la no máximo para equilibrar e dar dinheiro às famílias penafidenses reduzindo um pouco na questão do IRS e por isso no ponto n.º 7, iam votar contra. -----

----- O senhor deputado Carlos Pinto: Disse que nesta matéria a coligação não andava muito longe do PS. Tinham ambos responsabilidade e sabiam o que era governar e a necessidade de se ter receitas. Se conseguirem, num ano económico, reduzir do lado da receita e reduzindo naturalmente o sacrifício dos penafidenses, podiam colocar em causa a execução orçamental e execução das atividades no município, uma vez que não podiam reduzir em todas. Reduzir sim, mas até onde fosse possível reduzir. Na sua opinião, aquele que é o imposto mais importante e que deve levar à redução, quando possível, e quando houver folga orçamental era precisamente o IMI. No caso da derrama era pelo facto de incentivar as empresas a instalarem-se no concelho. Tinha a certeza que nenhuma empresa ia para um concelho com a possibilidade da redução de 0,75%. Podia ser um incentivo mas tinham de criar condições através de zonas industriais, acessibilidades e outras condições de instalação e algo que achava fundamental e não custava dinheiro, era apoiar essas empresas na sua instalação nomeadamente facultando os licenciamentos, tornando-os mais céleres na sua aprovação entre outras medidas. -----

-----Referiu que a derrama, nos dias que correm, não tinha a expressão que tinha há sete anos atrás, antes da crise *suprime*, em que o mundo nunca mais foi igual a partir de 28 de setembro de 2008. A crise replicou ao nível de três *tsunamis* seguidos dos Estados Unidos para Portugal, e que resultou na situação, em que algumas empresas, ainda hoje, se encontravam, apesar de se começar a sentir melhorias significativas. -----

-----Assim sendo, a coligação dava o seu acordo ao esforço e boa vontade e intenção do município de Penafiel dar aquele sinal para que as empresas se instalem e sejam bem-vindas ao concelho de Penafiel.

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento de uma recomendação ao executivo entregue na mesa pelo grupo municipal da CDU, com o seguinte teor:-----

-----" *Recomendação ao Executivo:* -----

-----*Que nesta A.M., que este ponto Derrama, é discutido, se altere a formulação proposta apresentada pela Câmara Municipal acrescentando-lhe o seguinte:*-----

-----*(...) e o lançamento de uma taxa reduzida de Derrama de 0,5%, para os sujeitos passivos com menos de 5 trabalhadores (micro e pequenas empresas), ou com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os 150.000€.*"-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a recomendação que a CDU fazia ao Executivo apenas pretendia um acréscimo, que era de uma taxa reduzida de derrama de 0,5% para os sujeitos passivos com menos de cinco trabalhadores. Todos sabiam que no concelho de Penafiel era um concelho de micro empresas de cinco ou menos trabalhadores e para esses que fosse os 0,5% e para os que tivessem um volume de negócios no ano anterior que não ultrapassa-se os 150 mil euros. -----

-----Relativamente ao ponto n.º 7, disse que a CDU, finalmente tinha uma posição igual à coligação e não à que tinha o PS. Ou seja, entendiam que a Câmara Municipal deveria exigir às Finanças uma informação detalhada sobre o número de agregados familiares do concelho, a matéria coletável de IRS e a coleta líquida de deduções, discriminados por escalões do imposto para que se pudesse deliberar com conhecimento dos valores em causa, quem realmente beneficiaria e em que montante. Caso o município prescindisse daquela verba, seriam devolvidos a cada contribuinte o que na verdade beneficiaria essencialmente que apresenta-se maiores valores IRS, quem ganhava pouco, pouco receberia e que ganhava muito, mais receberia. Era uma situação de profunda injustiça e portanto estavam de acordo que se mantivesse como estava, tal como a proposta da Câmara previa. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 14 abstenções.

-----**7.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de participação variável no IRS para o ano de 2016 - Fixação, para os rendimentos do ano de 2016, de uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal em Penafiel, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1, do artigo 78.º, do Código do IRS, para efeitos do disposto da alínea c), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 14 votos contra.-----

-----**8.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de projeto de Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Penafiel, para efeitos da alínea g), do n.º 1, do artigo n.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

-----**9.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Repartição de Encargos e a conseqüente assunção do compromisso plurianual referente ao Protocolo "Execução do posto Territorial da Guarda Nacional Republicana em Paço de Sousa, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º1, do artigo 6.º, da Lei 8/12 de 21 de fevereiro;** -----

----- Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

----- Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade.-----

-----**10.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Penafiel, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

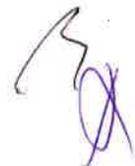
----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que a sua intervenção referia-se aos pontos n.º 10, 11 e 12. - -----

-----Relativamente às delimitações que o município entendeu fazer como as áreas de reabilitação urbana e pretende implementar e que pelas informações dadas não estaria fechada, disse que quanto à do Centro Histórico de Penafiel não lhes merece nenhum comentário em especial, desenvolve-se dentro da área classificada de património, tem a fundamentação explícita que resultava dessa mesma classificação. E os incentivos que dela resultam que eram os mesmos nas três operações estavam perfeitamente enquadrados. -----

-----Quanto à segunda proposta da área urbana, ponto n.º 11, disse que não a tinham conseguido perceber porque ela na realidade não era uma área urbana. Era uma área rural que delimitada pela rotunda frontal ao espaço da Agrival, que pelas zonas de edificação existentes, eventualmente sujeitas a regeneração urbana não será com certeza. Seria os edifícios da quinta das Lages mas não seriam os edifícios que estavam próximos e as urbanizações e loteamentos recentes, a não ser habitações dispersas e mais nada existe a não ser o lugar de Aveleira de Aquém a seguir à travessia do rio, do lado direito. O aglomerado mais degradado da zona e nas proximidades que é Aveleira de Além tinha praticamente a totalidade mais degradada, que era do lado esquerdo da estrada que seguia em direção à igreja de Marecos, fora da zona delimitada na ARU. A própria justificação que constava na memória descritiva para a sua definição dizia tudo, porque não aparece sendo como uma zona onde se perspectivava que fosse pensada para aquele local, uma área de regeneração urbana. Aparecia descrita como uma área solicitada pela Câmara Municipal aos serviços, fundamentada passou a ler *“num facto de que existem outras áreas que necessitam a curto prazo de operações de reabilitação urbana no entanto os indicadores sugerem que existem vontade de variados agentes de investirem no território agora delimitado naquela área urbana. Assim a elaboração e programação deste processo é vital para que o município alcança-se o tão desejado planeamento integrado, sustentável e eficaz, nomeadamente pela possibilidade de criação de condições para atrair o investimento privado e dinamizar o tecido social e económico bem como o edificado local”*. Perguntou qual era o edificado local? No ponto n.º 10 e 12, tinham a quantificação dos edifícios, os que estavam em bom estado, em estado razoável e os que estavam em mau estado; no ponto n.º 11 não tinha porque não existiam. Só existiam os equipamentos que já lá existiam, o parque temático e o parque da cidade, mas na boa verdade área de regeneração urbana não existe. -----

-----No entanto, o PS não ia questionar as opções e a definição e iam votar favoravelmente, no entanto queriam deixar registado o seu parecer. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que se ia referir aos três pontos propostos de delimitação de Área de reabilitação Urbana. Defendia os cuidados que a Câmara estava a ter com a reabilitação do património, contudo o concelho de Penafiel era tão grande e tinha património de tanto interesse que as propostas tinham que ser mais vastas. -----



-----Disse que todos tinham o dever de receber o património que os antepassados deixaram e também do dever de deixar o património para as gerações futuras, era uma área muito sensível e perfeitamente atual e portanto a reabilitação urbana e do património era uma área que provavelmente irá ocupar muitos dos trabalhadores portugueses no futuro. Existiam técnicos no norte do país, professores que estavam ligados ao Governo, às universidades e laboratórios entre outros, e por isso sugeriu que os técnicos do concelho e todas as pessoas que trabalhavam naquela área fossem convidados a participar num encontro em que fosse abordado aquele tema de reabilitação urbana. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel: Disse que da análise que tinha feito aos documentos perceberam que havia uma área que ficava por detrás do jardim da Biblioteca Municipal que parecia que não estava abrangida pelas áreas em discussão. Perguntou se havia algum impedimento para que essa área não tivesse sido contemplada. -----

-----Relativamente ao Vale do Cavalum, disse que tinham uma realidade e especificidades diferentes, mas também tinham a zona próxima do Rio Sousa, entre Novelas e Santiago, independente de ser enquadrada ou não numa zona de reabilitação, merecia também uma atenção no futuro pelo Executivo. Que olhassem para esse *Vale do Sousa* com atenção de uma intervenção devida e para harmonizar aquilo que se ia passar naquela área da cidade de Penafiel. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja: Felicitou a Câmara Municipal pela proposta apresentada. Disse que até dia 20 do mês em curso tinha estado em discussão o Programa Integrado de Valorização e Ordenamento do Douro Verde, tinha ido ao ponto de orçamentar as intervenções a realizar em Entre-os Rios com um valor considerável. Perguntou se o que estava ali em discussão, para Entre-os-Rios, colidia com o pivô, se estava integrado, e se tinha sido feita alguma consolidação relativamente ao trabalho que a DOLMEN tinha levado por diante. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à questão das áreas de reabilitação urbana duas circunstâncias distintas. No caso de Penafiel, das duas ARU propostas, essas áreas de reabilitação têm subjacentes os vários incentivos fiscais referidos na proposta, para quem reabilitar os seus imóveis, mas têm também, a par daquela questão, a preocupação com a intervenção que depois no âmbito estratégico de desenvolvimento urbano, pudessem candidatar e ver ser apoiado. O facto de haver uma área de reabilitação urbana que se desloca para o Vale do Cavalum não inclui aquela área a que se referia o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Penafiel, porque essa era uma área ecológica, área verde e não foi possível incluir, de resto isso procuraram incluir aquela área no sentido de no futuro poderem potenciar investimentos para essa área do território. -----

-----No que dizia respeito à ARU de Entre-os Rios, porque não cabia no âmbito do apoio à regeneração urbana, estava vem causa apenas o incentivo fiscal aos proprietários privados que venham a reabilitar as suas casas, o seu património. O trabalho foi feito em articulação com a DOLMEN e com o

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

programa referido pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Eja, e ai podia ter efetivamente investimento nas públicas por essa via do plano de ordenamento e valorização do património. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por unanimidade. -----

----- **11.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação do Vale do Cavalum, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----O senhor deputado Couto Barbosa Disse que o PS tinha votado favoravelmente aquela proposta, embora achassem que o nome dela não devia ser ARU, mas sim uma Área de Recuperação de Zona Rural, ARZR, porque a zona classificada como zona de regeneração urbana era uma área rural. ---

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **12.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Entre-os-Rios, para efeitos da al. r), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **13.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Regulamento de Alienação de Imóveis Municipais do Concelho de Penafiel, para efeitos da al. g), do n.º 1, do art.º 25, Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **14.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio privado indisponível dos estabelecimentos de ensino (EB 1 e JI), desativados, aprovado em reunião de Câmara de 04 de junho de 2015, deliberação n.º 726, e após consulta pública, para efeitos no disposto da alínea q), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que ia incluir os pontos 13 e 14 na sua intervenção.

-----Referiu que a CDU tinha uma opinião contrária ao proposto pela Câmara Municipal. Defendiam que para à desafetação do domínio privado, fossem encontradas um uso para o benefício das populações nas respetivas freguesias, juntas de freguesias, associações e coletividades. Consideravam que aquilo que a Câmara queria fazer era a lapidação do património, era património a vender a privados. Muitos daqueles edifícios que eram referidos têm interesse histórico, por exemplo converter em centros de dia e creches. Outra sugestão que queriam deixar ficar era perguntar às populações, nas respetivas freguesias que arranjassem ideias para dar uso coletiva àqueles edifícios e depois iriam surgir ideias em catadupa.-

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Clarificou que o que estava ali em causa era apenas formalizar situações em que alguns casos já deviam ter sido formalizadas. Ou seja, cada vez que têm uma escola e cediam essa mesma escola, como acontecia na maior parte dos casos, a associações para desenvolverem atividades sociais ou desportivas deviam primeiro tira-las do domínio público municipal e passa-las para o domínio privado municipal, porque um bem que esteja no domínio público municipal não deve servir para desenvolver atividades privadas ainda que sejam de caráter relevante desportivas, sociais ou culturais. Estavam apenas a regularizar a situação dessas escolas que foram fechando ao longo dos anos e que se foram cedendo a instituições. Não estava em causa vender nada apenas regularizar essas situações. -----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Aquilo que queria era que ficasse garantido que não haverá no futuro qualquer alienação, ou seja vender a privados, aqueles imóveis que eram património municipal. -----

----- O senhor Presidente da Câmara Municipal: Aquilo que se comprometia era que o que estava em causa era a desafetação do domínio público de um conjunto de imóveis para o domínio privado indisponível. -----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **15.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de desafetação do domínio privado indisponível dos estabelecimentos de ensino (EB 1 e JI), desativados, aprovado em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 794, e após consulta pública, para efeitos no disposto da alínea q), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei 75/2013 de 12 de setembro;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **16.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de atribuição dos seguintes benefícios, de acordo com os termos da minuta de contrato de concessão de apoio ao investimento a celebrar entre o Município de Penafiel e Serafim da Fonseca Santos e nos termos do artigo 8.º, do Regulamento de Concessão de Apoio ao Investimento Estratégico (RCAIE) e do n.º 2, do artigo 16-º da Lei 73/2013 de 3 de setembro: isenção da cobrança do imposto municipal de imóveis (IMI), por um período de 5 anos; isenção da cobrança de derrama, por um período de 5 anos; isenção da cobrança da taxa de emissão do alvará, no valor de 18.355,88€; execução de infraestruturas públicas, quantificados no valor de 8.400€ (oito mil e quatrocentos euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Disse que a CDU queria deixar claro que eram contrários aos benefícios dados aos ricos e não dar benefícios às famílias. -----

Ata Sessão Ordinária 22-09-2015

----- A senhora deputada Hermínia Magalhães: Disse que a 29 de junho, nesta Assembleia Municipal congratulava-se com a cumplicidade positiva entre autarquia e o tecido empresarial e nessa altura tinha sido a propósito do projeto inovador "Banco de Jardim", no parque intergeracional da Quinta das Lages, porque convictamente acreditava que aquele tipo de apoios era sempre uma mais-valia e motivador de novos projetos. Sem pretender causar qualquer constrangimento, naquele considerando e tentando contextualizar aquela sua posição, e apesar de tudo e do que defendia, confessava alguma surpresa perante o conteúdo daquela proposta. Era naturalmente uma pessoa otimista, não tinha por hábito ser cética, não gostava que o fizessem relativamente à sua pessoa, fazer juízos de valor precipitados. Contudo sentia alguma insegurança, esperava estar errada relativamente àquela eventual valência em alternativa aos mais crescidos como costumava designá-los. De uma forma mais objetiva, era uma insegurança quanto à forma como aquele projeto poderia ser gerido. Não podia fazer de conta que as contribuições dos munícipes ajudavam e muito às taxas ou isenção delas por um lado, por outro se esses benefícios fiscais são concedidos pela autarquia de Penafiel, gostava de perceber se os utentes futuros seriam sujeitos a critérios de seleção, particularmente no que dizia respeito a um pequeno grande detalhe que é o facto de serem penafidelenses, presumindo que esse hotel residência não tem um carácter seguramente gratuito a quem dele irá usufruir. Nesse sentido, com todo o respeito mas por uma questão e só de consciência, não era uma questão pessoal, o seu sentido de voto ia ser o da abstenção. -

----- O senhor deputado Jesus Ferreira: Fez um ponto de ordem à mesa dizendo que era importante que a mesa lesse o ponto que se estava a discutir, ou seja a mesa não tinha lido o teor do ponto, simplesmente disse que se ia discutir o votar o ponto n.º 16. Explicou que o que se estava a discutir era a isenção de taxas ao senhor Serafim dos Santos, em que quer construir em Penafiel e a Câmara estava a propor que ficasse isento de taxas e impostos. Ia fazer infraestruturas para construir um lar de idosos em que questionava quem eram as famílias que iam usufruir dessas instalações de luxo. A Câmara estava a isentar dos respetivos impostos para um empreendimento que só ia servir famílias que podiam pagar. Disse que a CDU era absolutamente contrária a essa proposta. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal: Disse que o senhor deputado tinha toda a legitimidade em ser contrário e argumentar em função do seu entendimento, mas o ponto de ordem à mesa não era aquilo que tinha colocado. No entanto a mesa ia ter em atenção a leitura dos pontos na sua íntegra. A mesa pedia desculpa se de facto não foi tão clara, porque partiu do pressuposto que os senhores deputados tinham tido oportunidade de ler a sumula do ponto, remetendo para os documentos que se encontravam em anexo. -----

-----Posta à votação, a proposta da Câmara Municipal foi aprovada por maioria, com 2 abstenções e um voto contra. -----

-----Os senhores deputados fizeram as seguintes declarações de voto: -----



----- O senhor deputado Nuno Araújo: Disse que o Partido Socialista sabia perfeitamente o que estava a votar. Estava a votar um investimento no município de Penafiel e como tal a Câmara concede apoios ao abrigo de um regulamento. O PS congratula-se com esse investimento e espera que corra bem, que pudesse aumentar a cobertura disponível atualmente e que era providenciada município, seja ela por associações sem fins lucrativos, seja ela por privados. -----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que a sua posição era a mesma do Partido Socialista. Ao fazerem a apreciação da proposta, e já tinham feito essa abordagem aquando aprovação do regulamento, na caracterização e a componente estratégica do que estava ali em questão não se ia pronunciar, essencialmente deveria pesar no apoio dado, a criação de emprego. O que estava ali referido não era emprego mas a criação de 15 postos de trabalho. Deixava a sugestão para que de futuro fosse assegurado na apreciação, os empregos criados e não postos de trabalho, porque uma empresa de emprego temporário colocava lá 15 pessoas e a autarquia dava aquele investimento e na prática estava-se a criar trabalho precário: -----

----- **17.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de resolução de expropriação por utilidade pública, com caráter de urgência e autorizada a posse administrativa da parcela de terreno com a área de 820m², a desanexar de um prédio rústico, sito no Lugar de Igreja ou Silvares, Freguesia de Guilhufe e Urrô, inscrito na matriz respetiva sob o artigo 129º (hoje artigo 1688º, da Guilhufe e Urrô) e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o nº 806/Urrô, pertencente a Maria Manuela Esteves Ferraz da Silva Reis e marido Manuel Alexandre Brito Correia dos Santos, destinada à execução da obra denominada "Construção da Casa Mortuária de Urrô", nos termos do disposto no n.º 1, do artigo 12.º e n.ºs 2 e 3, do artigo 14.º, do artigo 15.º e do artigo 19.º do Código das Expropriações, na sua redação atual;** -----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, ninguém se inscreveu.-----

-----Posta à votação, as atas foram aprovadas por unanimidade.-----

----- **18.º Ponto — Discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de autorização para abertura de procedimento concursal para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho por tempo indeterminado, de um técnico superior, licenciado em Arquitetura, nos termos do artigo 64º, da Lei do Orçamento de Estado para 2015, aprovado pela Lei nº 82-B/2014, de 31 de dezembro;**-----

-----Abertas as inscrições para uso da palavra, inscreveu-se:-----

----- O senhor deputado Couto Barbosa: Disse que aquela proposta era para algo excecional, fundamentado com a excecionalidade com a implementação das ARUs. A Implementação e a gestão das ARUs iriam durar até 2020, dentro do quadro comunitário e perante isso estranhava que a modalidade daquela contratação fosse de contrato de trabalho por tempo indeterminado. Seria mais correto, uma vez

